

V. ESTUDOS DE CASO

A. ALTO SOLIMÕES - FRONTEIRA BRASIL/COLÔMBIA/PERU

Estudos recentes sobre o Alto Solimões, como o “Zoneamento Ecológico-Econômico Participativo” (Governo do Estado do Amazonas, 2003) e o “Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional - 2001-2010” (Fundação Getúlio Vargas/Instituto Superior de Administração e Economia da Amazônia, 2001), diagnosticaram os principais problemas e gargalos, além de formularem propostas de desenvolvimento sustentável para região. O Ministério da Integração Nacional, com base nestes estudos, instituiu o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões - PROMESO, e ajudou na criação do Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Alto Solimões, cuja fundação se deu em novembro de 2002, congregando nove municípios da região (Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Jutai e Fonte Boa). A Mesorregião inclui o município de Fonte Boa, que não faz parte dos municípios da Faixa de Fronteira.

A delimitação da Sub-região do Alto Solimões respeitou a delimitação da Mesorregião.

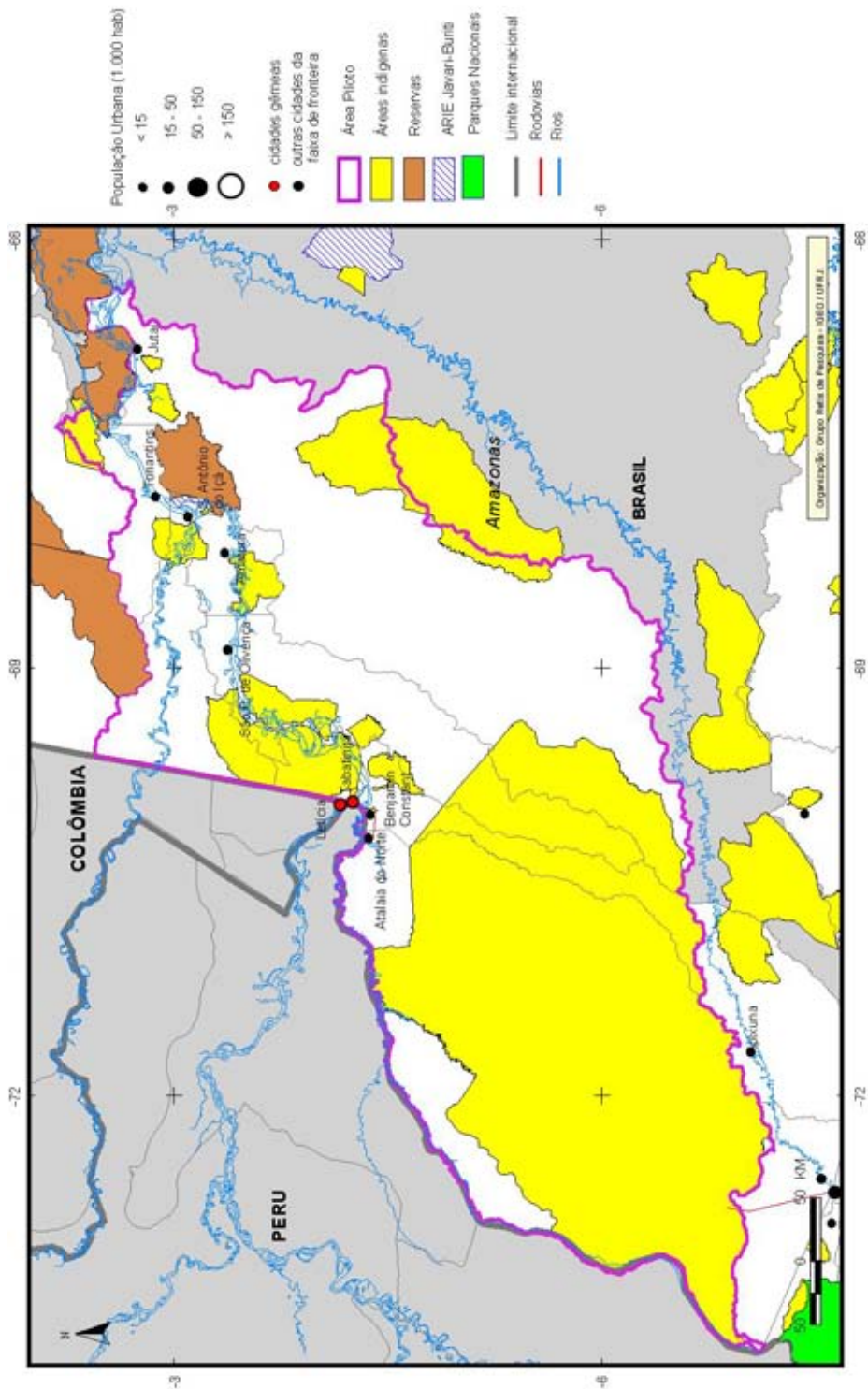


FIGURA 27: ÁREA PILOTO DO ALTO SOLIMÕES

A-1 Caracterização Geral

A Sub-região do Alto Solimões, situada no Estado do Amazonas, possui uma localização estratégica em relação ao Arco Norte da Faixa de Fronteira, nela encontra-se a principal porta de entrada da parte ocidental da Bacia Amazônica, constituindo-se num dos principais corredores de integração sul-americano, o do Rio Marañon-Solimões-Amazonas. Nesta Sub-região da Faixa de Fronteira encontram-se unidos os territórios dos maiores países amazônicos: Brasil, Peru e Colômbia. Além disso, cabe salientar que se trata da região mais preservada da floresta amazônica e onde se localiza uma das maiores comunidades indígenas da Amazônia, a comunidade dos Ticuna. Distribuídas ao longo das margens do Solimões e seus principais afluentes, os Ticuna estão presentes nos três países fronteiriços, marcando fortemente a identidade da Sub-região.

Outra forte presença é a da Igreja Católica representada pela Diocese do Alto Solimões. Entidade muito ativa, instalada desde o início do século passado na região, atinge atualmente todos os seus municípios e está sediada em Tabatinga.

A Mesorregião do Alto Solimões possui uma área total de 214.217,80 Km² (correspondente à área do Estado do Ceará), abrigando uma população estimada em 199.342 habitantes (IBGE, 2000), sendo que o componente indígena era de cerca de 35.438 habitantes, ou seja, 18% da população total, distribuído em 150 comunidades indígenas, em sua maioria localizada ao longo dos rios. A maior concentração indígena está em Tabatinga, com quase 10 mil indígenas, seguido de São Paulo de Olivença com 7.722 indígenas, cabe salientar que Tabatinga é o menor município da Mesorregião, com 3.239 Km².

Município	População				
	Total	Urbana	Rural		
			Total	indígena	%
Atalaia do Norte	10.049	4.175	5.874	2.232	38,0
Benjamin Constant	23.219	14.171	9.049	6.159	68,1
Tabatinga	37.919	26.637	11.282	9.961	88,3
São Paulo de Olivença	23.113	8.770	14.343	7.722	54,0
Amaturá	7.308	3.930	3.378	2.208	65,3
Santo Antônio do Içá	28.213	7.906	20.307	3.863	19,0
Total	129.821	65.589	64.233	32.145	50,0

Fonte: IBGE, 2000.

TABELA 24 – DADOS DEMOGRÁFICOS DOS MUNICÍPIOS DA SUB-REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES EM 2004

A despeito da baixa densidade populacional (0,93 hab/km²), verifica-se o crescimento médio da população regional de cerca de 4% ao ano, sendo que a proporção

de população urbana ficou estável. Em Tabatinga e Benjamin Constant observa-se uma população urbana consideravelmente maior que a rural (60%), que junto a São Paulo de Olivença e Santo Antônio do Içá constituem os maiores núcleos urbanos regionais. A população rural é bastante significativa, correspondendo a mais de 50% da população dos municípios do Alto Solimões. Ela é formada basicamente de indígenas e ribeirinhos, sendo que os índios Ticunas concentram-se na beira dos rios ou em reservas próximas às cidades.

O índice de densidade social (composto de índice de analfabetismo, chefes de domicílio abaixo da linha de pobreza, renda *per capita*, unidades de ensino e unidades de saúde, entre outros) apontou uma grave situação no Alto Solimões, onde quase todos os municípios apresentaram densidade social muito baixa, sendo que apenas Benjamin Constant apresentou densidade social média.

Com vastos territórios e carência de infra-estrutura de transportes, predominantemente, ou exclusivamente fluvial, o acesso da população da região aos serviços de saúde, saneamento, educação, comunicações se vê altamente dificultado, além de haver permanente escassez de recursos humanos para a saúde. A ocupação esparsa representa uma dificuldade a mais para a vida das pessoas no Alto Solimões, pois dificulta o acesso aos benefícios da infra-estrutura moderna e serviços. Mesmo as populações das principais cidades da região carecem de serviços básicos, como água potável (tratada ou de poço artesiano controlado), gerando um círculo vicioso de doenças de veiculação hídrica e falta de saneamento que acaba por minar ainda mais a saúde e os escassos recursos municipais.



Vala de esgoto à céu aberto em Amaturá, 2004



Disposição inadequada de lixo, apesar do aviso, em Tabatinga, 2004

As carências no campo da educação se fazem notar em todos os indicadores analisados. São elevados os índices de analfabetismo nos municípios da Mesorregião do Alto Solimões, como são baixos os níveis de escolaridade. Pequeno percentual da

população chega ao ensino médio e parcela ínfima consegue algum tipo de especialização ou alcançar o nível superior (em geral fora da região).

A baixa formação da mão-de-obra local é um entrave importante para o desenvolvimento. A falta de acesso da população à educação (principalmente os ribeirinhos localizados em áreas distantes das sedes municipais) impede a formação de profissionais capacitados para tomar para si os desafios do desenvolvimento. Desse modo, a região depende permanentemente de recursos humanos externos para a implementação de projetos econômicos que demandem uma formação mais especializada, além da dificuldade de atração de profissionais especializados para a região, como médicos, por exemplo.

A densidade institucional, como medida da relevância da ação institucional nos municípios do Alto Solimões, apontou uma situação um pouco melhor nos municípios de Benjamin Constant e Tabatinga, média em São Paulo de Olivença, Jutai e Santo Antônio do Içá e baixa em Atalaia do Norte, Amaturá e Tonantins. A concentração de instituições governamentais em Tabatinga reflete bem o seu papel de pólo regional, ao lado de Benjamin Constant (antigo pólo regional).

O índice de estabilidade local (medido por indicador composto de estabilidade do trabalho formal, percentual de imigrantes, taxa de crescimento populacional urbano e total, conflitos de terra e evolução do PIB), aponta a situação de estagnação vivida pela economia regional na última década.

Por sua vez, a desigualdade sócio-econômica interna, medida pelo índice de desequilíbrio interno, apontou os municípios de Amaturá e Santo Antônio do Içá como os de maior desequilíbrio, situação que não é muito melhor nos demais municípios da região, à exceção de Benjamin Constant que apresentou desequilíbrio médio. Este elevado desequilíbrio sugere a necessidade de políticas de desenvolvimento diferenciadas para os diversos grupos que compõem a sociedade local.

A economia da Mesorregião contribui com menos de 2% do PIB estadual (concentrado na Zona Franca de Manaus). Além disso, observa-se um quadro de estagnação ao longo de toda a década de 1990, com exceção de Tabatinga, que teve crescimento de PIB per capita entre 1985 e 1996 de 14,18%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

A base produtiva da Mesorregião está calcada no extrativismo (madeira em toras, castanha e frutas) e na agricultura da mandioca e da banana. O setor industrial é inexpressivo, com serrarias, pequenas movelarias e olarias com produção destinada ao mercado regional/local. O poder aquisitivo da população é baixo, estima-se que grande parte da renda provém de salários do funcionalismo público municipal e em torno de 10% de transferências governamentais (aposentadorias, pensões e programas oficiais de

auxílio, como o renda mínima, bolsa-escola e seguro-desemprego), apontando um baixo nível de atividades produtivas em geral.

A pesquisa de campo realizada no primeiro semestre de 2004 definiu para cada município da Sub-região as atividades com maior potencial para a formação de Arranjos Produtivos Locais, além dos problemas e gargalos para a sua implementação e os atores estratégicos envolvidos (Quadro 22). Ainda com base nesta documentação foram formuladas diretrizes, estratégias e instrumentos com vistas a solucionar os problemas apontados (Quadro 23).

Os principais problemas são:

- a) novos condicionantes para a retomada da atividade madeireira na região;
- b) reativação do setor moveleiro;
- c) falta de organização do setor pesqueiro e a exploração da atividade pelos colombianos;
- d) dificuldades de implantação da piscicultura;
- e) dificuldades de produção e comercialização agrícola na região;
- f) apoio necessário para o desenvolvimento do artesanato indígena como uma opção de geração de renda para as comunidades indígenas;
- g) possibilidades do turismo como atividade econômica da região; e
- h) segurança pública e atividades ilícitas.

A-2 Arranjos Produtivos Potenciais

Os Arranjos Produtivos Locais de maior potencial para a Sub-região do Alto Solimões serão descritos a seguir.

A-2.1 Setor Madeireiro/Moveleiro

A extração de madeiras foi a uma das principais atividades econômicas no Alto Solimões até aproximadamente o final da década de oitenta. Os diversos problemas decorrentes dessa atividade culminaram com a proibição da retirada de madeira na região, provocando uma crise econômica sem precedentes. Muitas serrarias fecharam e atualmente encontra-se um número bastante reduzido tanto de serrarias como de movelarias ainda em funcionamento. A mão-de-obra dispensada, segundo diversas declarações, acabou sendo em parte absorvida por atividades ilícitas como o tráfico de drogas.

A atual legislação é bastante restritiva, mas permite a extração de madeira em condições específicas definidas em Planos de Manejo Florestal. Desse modo, vislumbra-se novamente a possibilidade de retomada da atividade extrativista através da efetivação destes Planos de Manejo, que permitem a exploração com o mínimo de degradação possível.

O Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, órgão do Governo do Estado do Amazonas, dedica especial atenção à exploração da madeira, já tendo sido criados 72 planos de manejo para a região do Alto Solimões. Sua meta inicial é o abastecimento do mercado regional.

A primeira exigência do plano é a regularização da terra do madeireiro e o levantamento de espécies. Para participar do programa o técnico da Agência Florestal prepara um plano de ação para elaboração de diagnósticos de demandas e ofertas. Após este plano é assinado um termo de adesão pelo proprietário comprometendo-se a fazer uma parceria com o técnico. A área para exploração é de até 500 hectares por proprietário.

Há em Amaturá duas serrarias, mas atualmente só uma funciona. Em Santo Antônio do Içá existem outras duas serrarias, funcionando precariamente. No município de São Paulo de Olivença a atividade madeireira ainda é considerada importante, mas só uma serraria funciona atualmente no município, além de uma pequena movelaria (visitada durante o trabalho de campo), com quatro pessoas trabalhando na fabricação de móveis (cadeiras, cama, mesa, etc.) para o mercado local. Os trabalhadores ganham por diária. A madeira é retirada por encomenda. Os municípios de Benjamin Constant e Atalaia do Norte possuíam, por sua vez, três serrarias cada, sendo que Benjamin Constant possuía ainda cinco marcenarias, mas com as restrições de extração de madeira estão praticamente paradas.

Um dos maiores problemas para a retomada da atividade madeireira, refere-se à legislação específica para as terras indígenas (Estatuto do Índio), que só permite a exploração dos recursos naturais nas áreas demarcadas para fins de subsistência (as Terras Indígenas ocupam grande parte do território do Alto Solimões). Nesse sentido, as autoridades locais e os representantes das comunidades locais sugerem uma alteração na legislação que passaria a permitir a exploração comercial da madeira pelos indígenas, através de planos de manejo devidamente aprovados. Recentemente, levantou-se a hipótese de reformulação do Estatuto, que passaria a aceitar tal exploração. Alertado para a especificidade dos problemas indígenas da região, o Governo do Estado criou uma fundação só para tratar das questões indígenas, a Fundação de Política Indigenista do Amazonas - FEPI, que visa com a Agência Florestal treinar os indígenas para manejo de sistemas agro-florestais que permitam sua comercialização.

Um outro grande problema apontado foi a ausência do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais - IBAMA, dificultando a fiscalização e correta aplicação dos planos de manejo. Há uma dificuldade relacionada à atuação do IBAMA no Estado do Amazonas, pois a grande variedade dos ecossistemas não permite uma norma geral de atuação. O IPAAM e o IBAMA estabeleceram um convênio para adequação das leis gerais e elaboração de procedimentos para plano de manejo em pequena escala. Pretende-

se instalar, ainda este ano, escritórios do IPAAM e do IBAMA em todas as sedes do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas-IDAM, em todos os municípios do Alto Solimões, visando fazer um trabalho conjunto ligado a idéia do “Programa Zona Franca Verde” do Governo do Amazonas.

O retorno do desenvolvimento da atividade madeireira na região do Alto Solimões esbarra, ainda, na carência de infra-estrutura, principalmente no que se refere ao fornecimento de energia e a falta de fornos para a secagem da madeira e seu posterior beneficiamento na região, bem como o reequipamento das serrarias, em geral obsoleto.

Outro elemento escasso na região é a mão-de-obra qualificada nos diversos segmentos da cadeia produtiva da madeira. É preciso investir em capacitação, na melhoria do design e no acabamento dos produtos das movelarias. E é preciso articular a produção aos mercados potenciais. Existem como mercados potenciais o município de Manaus, o Estado do Mato Grosso e o mercado local. Atualmente, nem o desdobramento de prancha é feito no Brasil, as toras sendo levadas para Letícia (Colômbia), onde existe uma máquina que cobra trinta dólares por metro. É importante adquirir uma máquina similar no Brasil. Poderiam ser pensadas parcerias entre o Governo do Estado do Amazonas e as movelarias da região para o fornecimento de mobiliário escolar, por exemplo. Por fim, os efeitos na saúde pública do reinício da atividade madeireira não devem ser subestimados. É preciso cuidar da prevenção e vigilância de doenças, em especial dos trabalhadores do setor madeireiro, que passam muito tempo na mata, para evitar o recrudescimento de endemias como a malária, a leishmaniose e a febre amarela.



Lenhadores em Amaturá, 2004



Serraria desativada em Amaturá, 2004

A Figura 28 mostra esquematicamente a organização espacial de um potencial APL madeireiro/moveleiro no Alto Solimões.

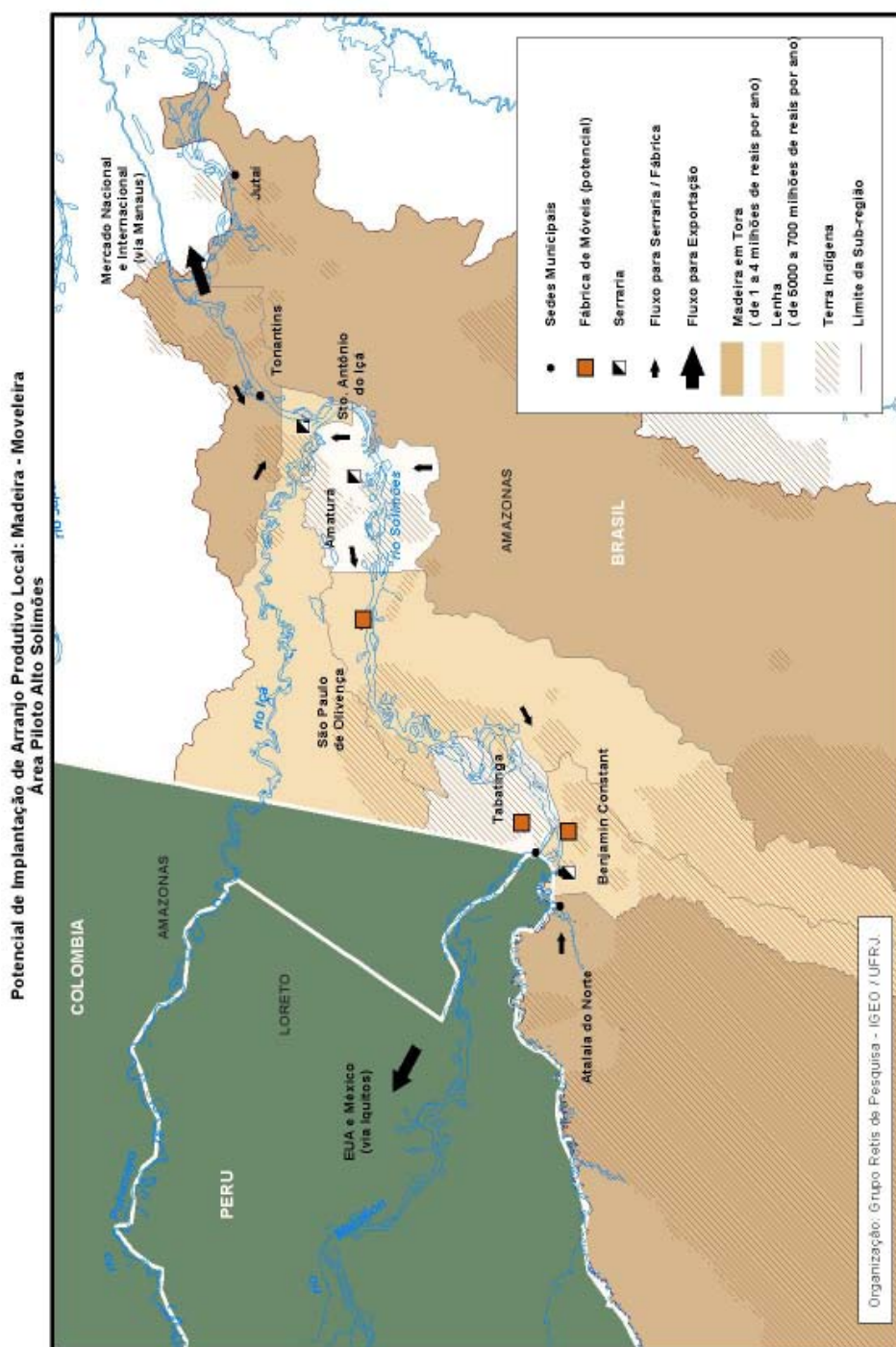


FIGURA 28: ÁREA PILOTO DO ALTO SOLIMÕES - POTENCIAL DE IMPLANTAÇÃO DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL - MADEIREIRO/MOVELEIRO

A-2.2 Atividade Pesqueira

A abundância de recursos pesqueiros na Sub-região do Alto Solimões e os próprios traços culturais das populações do Amazonas colocam a atividade pesqueira em posição de destaque em termos de geração de renda e emprego nesta região, além de representar a principal fonte da alimentação da população.

Outro aspecto que coloca a pesca em situação privilegiada na economia regional é a exportação de grande volume de peixe para a Colômbia. Entretanto, este fato é citado pela maioria dos atores regionais como um problema que prejudica a região, pois em geral é feita de forma irregular. A exportação regular do peixe exige uma série de procedimentos legais, com a Receita Federal e o IBAMA, que não vêm sendo atendidos pelos pescadores da região e pelos importadores colombianos. O agente da Receita Federal em Tabatinga fala que não há contrabando de peixe, mas descaminho (este seria o termo correto), pois deixa de pagar os devidos impostos (o pescado é uma mercadoria de exportação liberada).

Estima-se que de 70 a 80% do peixe consumido na Colômbia vem de rios brasileiros. O processo de comercialização é também dominado por colombianos que são grandes exportadores internacionais. Eles agem no Alto Solimões em diversas frentes, dando os recursos para os pescadores brasileiros tanto índios como ribeirinhos, num sistema do tipo “aviamento”. Eles fornecem combustível, motor, rede, isopor, gelo e ainda possuem frigoríficos em diversos locais ao longo dos rios. Como não podem ficar à frente de muitos dos negócios da cadeia de produção e comercialização no Brasil, eles utilizam “sócios” brasileiros (conhecidos como “laranjas”).

Na negociação do peixe, os pescadores brasileiros saem em desvantagem dada sua dependência em relação aos empresários e despachantes colombianos. Vendo-se sem condições de armazenar a produção por conta própria são obrigados a vender tudo, para não deixar a mercadoria estragar. Além disso, ficam sujeitos à classificação dos peixes pelos colombianos, quanto à espécie e quanto ao peso e às flutuações do câmbio.

A maior parte do peixe vai para Letícia onde pequena parcela (peixe de escama) é para consumo local, e maior parte vai por aviões frigoríficos para Bogotá onde abastece o mercado nacional colombiano ou então é exportado para diversos países.

A cidade de Letícia é a mais equipada para o comércio do peixe no Alto Solimões. A infra-estrutura de armazenamento do peixe em Letícia é grande, contando com 19 estabelecimentos de armazenamento do peixe, que conta com 38 frigoríficos com uma capacidade estimada em 731 toneladas de pescado. Estes estabelecimentos recebem peixe do Solimões desde Manaus até o Alto Solimões. Apenas 5% do peixe estocado nestes armazéns são de águas colombianas.

Existe, portanto, uma cadeia produtiva consolidada de produção e comercialização do peixe do Amazonas, controlada pelos colombianos, envolvendo pescadores brasileiros nos rios em território brasileiro.

Relatos apontam que apesar das condições desvantajosas dos pescadores brasileiros pertencentes à cadeia de comercialização do peixe, os colombianos representam pelo menos a segurança de um mercado certo para venda da produção, e eles cumprem os acordos, feitos na base da palavra.

Todos os municípios visitados estão envolvidos na cadeia da pesca, que é citada por todos como a principal atividade econômica na atualidade. Nas reuniões e entrevistas realizadas foram colocadas diversas visões de como solucionar, ou pelo menos, melhorar, a situação do comércio do peixe na região. As propostas variam desde as mais radicais, como a proibição total da venda do peixe para os colombianos, até a formalização do comércio, aproveitando esta rede já consolidada. A percepção geral é de que os colombianos estavam levando vantagem na comercialização do peixe graças a permissividade das autoridades brasileiras, a falta de fiscalização e falta de investimento do governo para financiar e incentivar a exportação do peixe nacional a partir do Brasil.

Nas discussões do Fórum as propostas para o setor pesqueiro foram a de fortalecer os pescadores nacionais com:

- a) criação de infra-estrutura de armazenamento de pescado flutuante em pontos estratégicos ao longo do Rio Solimões;
- b) implantação, reforma e ampliação das fábricas de gelo;
- c) implantação da infra-estrutura para indústria de sal;
- d) informação - padronização da tecnologia para piscicultura com barco escola para atender a região toda;
- e) fortalecimento do associativismo;
- f) construção de barcos com frigorífico que fariam o beneficiamento durante o percurso de entrepostos a outro ao longo do Rio Solimões (não pode ser fixo); e
- g) associação com a iniciativa privada.

É preciso negociar uma melhor inserção dos pescadores brasileiros na cadeia de exportação de pescado colombiana, o que já pode ser iniciado a partir de discussões e entre as associações de pescadores do Alto Solimões, as autoridades de pesca nacionais e os empresários e autoridades do setor pesqueiro colombiano.



Armazém frigorífico em Letícia
(Agosto, 2001)



Ensacamento de Peixe em
Letícia (Agosto, 2001)

A-2.3 Piscicultura

Em todos os municípios do Alto Solimões a piscicultura vem surgindo como uma alternativa econômica, aparecendo como forte potencialidade. Muitos dos açudes são utilizados para o consumo local e de subsistência, mas existe procura no mercado colombiano.

Um dos motivos apontados para o desenvolvimento desta atividade é a dificuldade atual de captura do pescado, em virtude do esgotamento do peixe no Rio Solimões e igarapés próximos, obrigando os pescadores a se deslocarem cada vez mais.

Até o presente momento, em todos os municípios visitados, a piscicultura se encontra em fase inicial de implantação não tendo resultados concretos a apresentar. Por enquanto a única ajuda governamental foi a distribuição de alevinos para quem já tinha condições. O Governo do Estado do Amazonas, a Diocese e o IDAM doaram alevinos, mas é preciso alimentação e infra-estrutura.

Os programas III Ciclo (do Governo anterior) e o Projeto Zona Franca Verde forneceram recursos e infra-estrutura para a construção de barragem e tanque.

Alguns municípios apresentam melhores condições para o desenvolvimento desta atividade, que requer a criação de açudes ou tanque-rede. Neste sentido o município de Benjamin Constant se destaca devido ao relevo favorável à construção destes açudes.

Outra vantagem da piscicultura é a criação de oportunidade de pesca em períodos de seca de determinados igarapés.

No município de Amaturá havia poucos açudes em funcionamento, sua topografia pouco acidentada implica em maior dificuldade para a construção de açudes. Em Santo Antônio do Içá, sua implementação ainda não ocorreu, pois não foi liberada a totalidade

ENSACAMENTO DE
PEIXE EM LETÍCIA, 2004.

dos recursos dos convênios com o IDAM e outros órgãos de fomento para a atividade. Em São Paulo de Olivença existem 48 piscicultores, na área urbana, próximo aos igarapés e muitos piscicultores potenciais que estão requisitando tanques-rede em suas propriedades nos igarapés. Em Tabatinga a atividade se restringe por enquanto a um pequeno número de pessoas. Em Atalaia do Norte dez barragens estão sendo povoadas a espera de técnicos do IDAM para prestar maiores orientações aos piscicultores.

Benjamin Constant é considerado o pólo da piscicultura com o maior número de açudes, sendo uma área pioneira nesta prática. Atualmente, existem 120 produtores sendo que apenas 10 produzem para venda e o restante para subsistência. O município já possui 150 hectares de espelho d'água e uma estação de piscicultura em fase de conclusão.

Dentre os problemas mais apontados para o desenvolvimento da piscicultura no Alto Solimões está o custo de implantação e manutenção dos tanques. Outros problemas são: o acesso à terra, a compra de ração para peixes, a assistência técnica e a falta de infra-estrutura de transporte e armazenagem de alevinos.

Por requerer um recurso inicial muito alto, há uma tendência a privilegiar os grandes proprietários com maior capacidade de exportação, nesse sentido os pequenos produtores teriam maiores dificuldades de obter crédito e se firmar na atividade.

A ração sempre foi um dos fatores limitantes para o desenvolvimento da atividade na região. Muitos piscicultores tiveram prejuízo devido ao elevado preço da ração comprada em Manaus. Uma possível solução seria a presença de uma fábrica de rações na região, o que está sendo feito com a implantação de uma fábrica em Benjamin Constant, falta ainda articular os produtores da região para tornarem-se fornecedores de insumos para a fábrica (milho, mandioca e outros produtos).



Instalações da fábrica de ração de Benjamin Constant, 2004

Outro problema para o desenvolvimento da piscicultura é o da falta de regularização fundiária que impede o financiamento aos pequenos produtores.

O impacto ambiental da atividade da piscicultura não pode ser subestimado quando a atividade se multiplicar na região. A falta de tratamento da água utilizada para os açudes pode provocar a poluição dos igarapés e a própria qualidade da água dos açudes fica comprometida com a má qualidade da água disponível na região.

Um outro aspecto deve ser observado quando da disseminação da piscicultura na região, os conflitos envolvendo indígenas e piscicultores, por roubo de peixe e disputas por terras.



**Tanque de piscicultura em funcionamento
em benjamin constant, 2004**

A Figura 29, apresenta a organização espacial de um potencial APL da pesca e da piscicultura no Alto Solimões.

Potencial de Implantação de Arranjo Produtivo Local: Pesca e Piscicultura
Área Piloto Alto Solimões

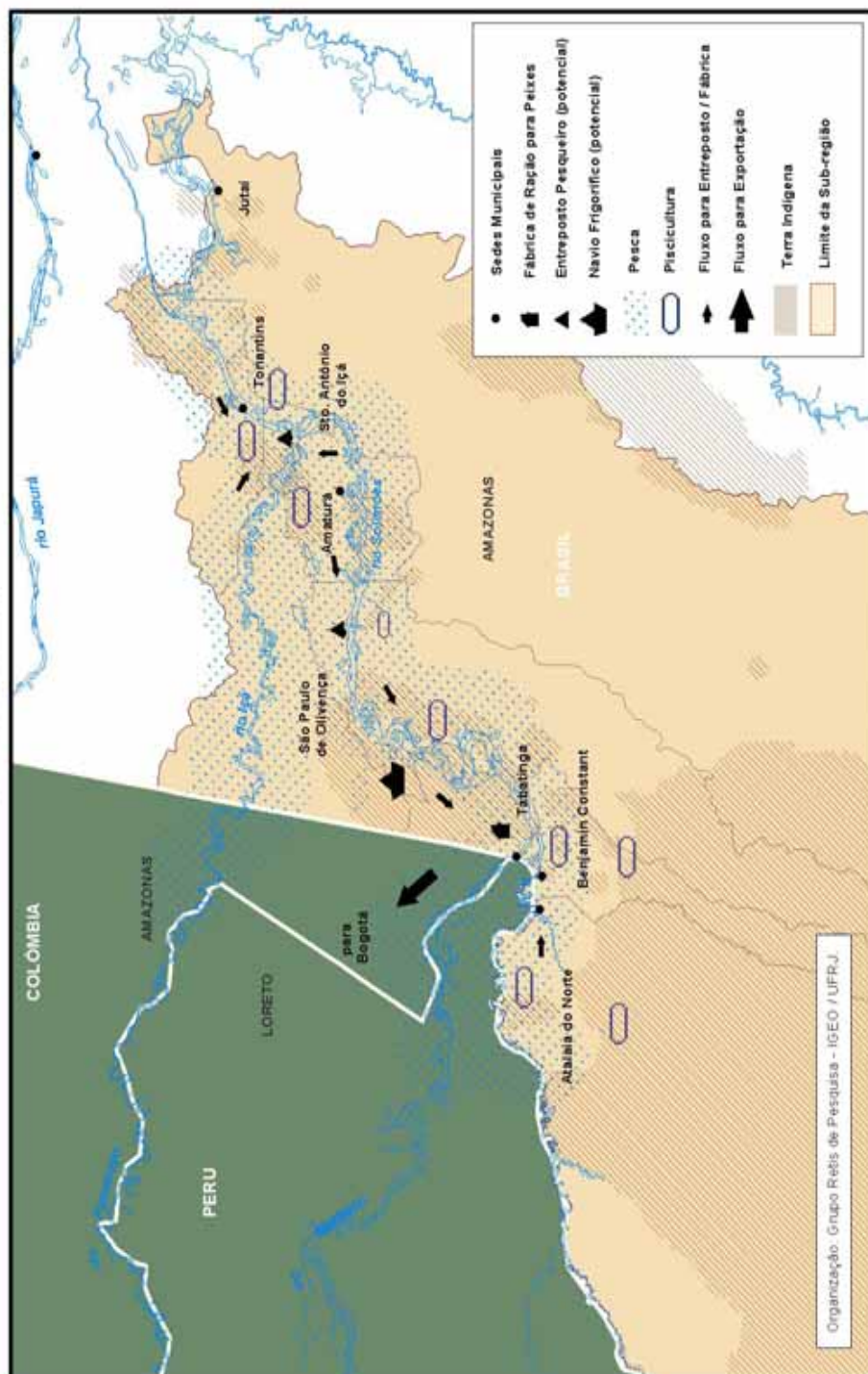


FIGURA 29: ALTO SOLIMÕES - POTENCIAL DE IMPLANTAÇÃO DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL - PESCA E PISCICULTURA

A-2.4 A cadeia produtiva da mandioca

Outro produto que marca a identidade produtiva da região do Alto Solimões é a mandioca, e sua forma de produção familiar no Alto Solimões. Graças à grande influência da cultura indígena na região e das condições ambientais propícias, a mandioca é junto com o peixe, componente fundamental da dieta alimentar da população regional. É o produto agrícola mais importante em volume de produção, mas ainda é processado de forma bastante rudimentar. O plantio é feito em terra firme, nas zonas rurais próximas às sedes municipais. Em menor escala, apesar do potencial regional, a agricultura também se desenvolve nas áreas de várzea. Ainda assim, a população local importa de outros estados como o Acre e dos países fronteiriços (Peru e Colômbia).

A implantação da fábrica de ração em Benjamin Constant promete dar novo alento ao mercado regional, com tendência ao aumento de culturas temporárias em especial a mandioca e o milho, matérias-primas para a ração.

Há programas em andamento na região, visando melhorar a produtividade e a qualidade da produção de mandioca e farinha. O Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea - PróVárzea/IBAMA, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e o Programa Zona Franca Verde são programas que podem vir a atender os agricultores regionais, em crédito, assistência técnica e ajuda na comercialização da produção.

Algumas comunidades indígenas já foram beneficiadas com cursos de capacitação, aquisição de novos equipamentos para a “casa de farinha”.

Dentre os principais problemas apontados pelos agricultores locais a dificuldade de financiamento da produção, de escoamento pela falta de infra-estrutura adequada (quando chove não é possível transitar nas estradas vicinais, e o transporte fluvial nem sempre atende as comunidades). Fala-se também da falta de assistência técnica. Outro grave problema na região é o fundiário, sem a regularização das terras fica impossível obter crédito.

Além disso, a produção de mandioca e farinha por comunidades indígenas se dá de um modo todo especial que obedece ao ritmo e forma de vida de cada comunidade. Um projeto de maior vulto que dependa de uma regularidade da produção pode encontrar obstáculos, que demandarão investimento em capacitação e organização dos produtores, ou até mesmo adaptação da cadeia produtiva e do processo de produção (uma engenharia de produção especial).

Os agricultores já contam com ajuda do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Amazonas - SEBRAE/AM, do IDAM, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, e outros organismos de apoio à produção rural,

mas ainda é preciso maior adequação dos cursos às demandas locais, que pedem cursos mais longos e acompanhamento prático mais intensivo. Em termos de financiamento pode contar com o ProVárzea e a Agência Regional de Comercialização do Alto Solimões - ARCOSOL.

Além da Fábrica de Ração instalada em Benjamin Constant que vai dinamizar o mercado regional, seria interessante a implantação de uma fecularia aproveitando o amido da mandioca, por ser um produto cada vez mais utilizado na indústria de alimentos. A fecularia seria implantada em Santo Antônio do Içá, de modo a carrear os produtores dos municípios mais próximos como Amaturá, Tonantins, Jutai e São Paulo de Olivença.



Panelas de fazer farinha de mandioca, Comunidade Indígena Bom Caminho, Benjamin Constant, 2004



Ticunas preparando, farinha de mandioca, Boa Esperança, São Paulo de Olivença, 2004

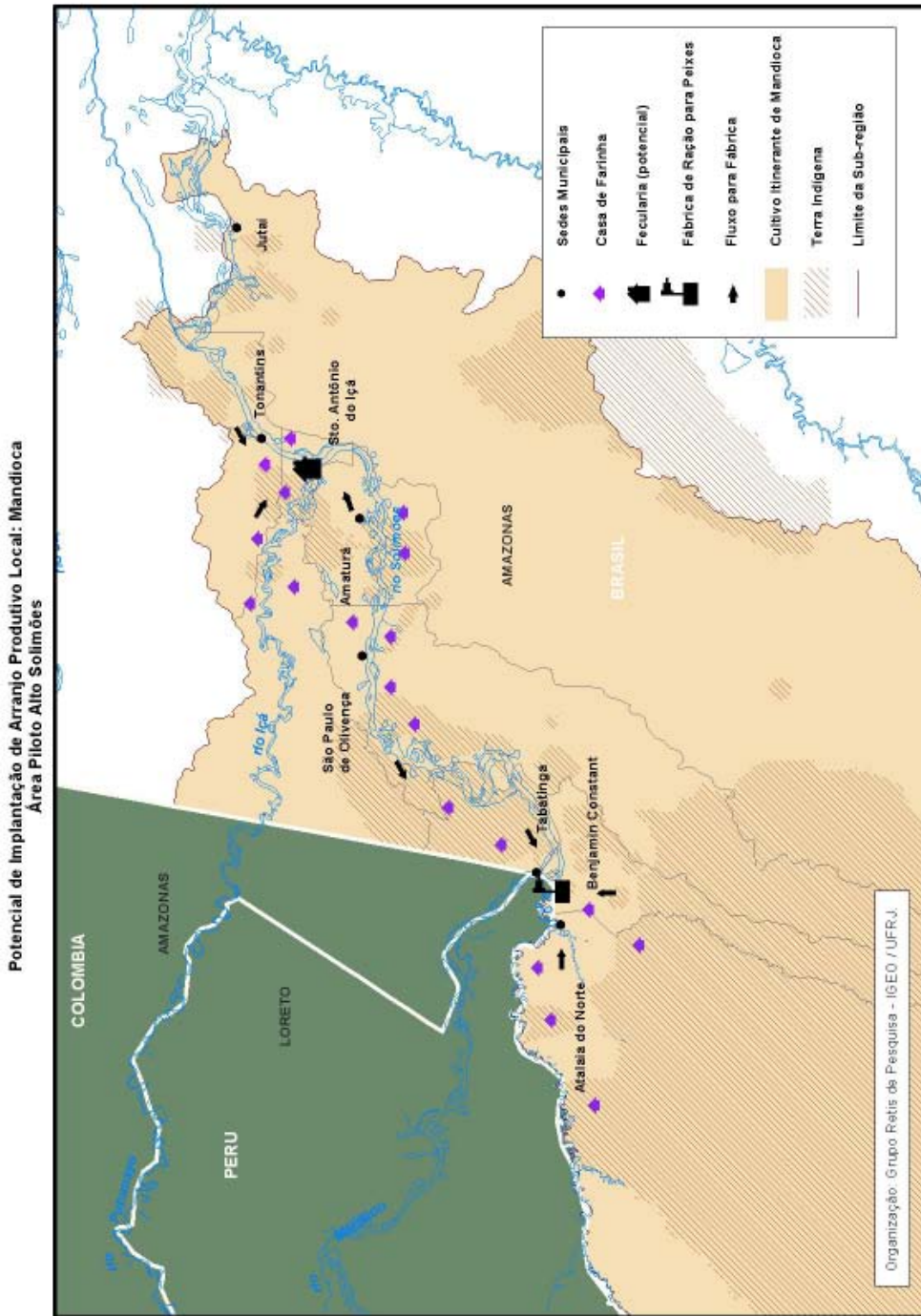


FIGURA 30: ALTO SOLIMÕES - POTENCIAL DE IMPLANTAÇÃO DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL - MANDIOCA

A-2.5 Artesanato

O artesanato é uma atividade com grande potencialidade na região e que apresenta a peculiaridade de envolver as populações indígenas em uma atividade tradicional, pouco predatória e com pequena necessidade de capital. O artesanato tem, ainda, a virtude de poder se associar ao turismo.

Os municípios onde a organização do artesanato indígena mais avançou no Alto Solimões são Benjamin Constant, Atalaia do Norte e São Paulo de Olivença.

A comunidade de Bom Caminho e Cordeirinho no município de Benjamin Constant e as comunidades de Monte Alegre e Vendaval, em São Paulo de Olivença, já estão organizadas em associações para venda de artesanato. Em Bom Caminho, conta com o apoio da Prefeitura, a AMATU - “Associação de Mulheres Ticuna Artesãs de Bom Caminho”, que criou um selo para venda dos produtos além de contar com telefone de contato. Esta associação possui 86 membros (homens e mulheres) e entrega cerca de 200 peças por viagem para Manaus, onde as mercadorias ficam em consignação. Existe outra associação, a IAKNO, também em Benjamin Constant, que comercializa artesanato indígena. Estas associações vendem sua produção para Manaus, Tabatinga e Letícia (CO). Segundo declarações dos presidentes das associações a preferência é pelo mercado de Manaus que paga melhor e é mais garantido.

Em Atalaia do Norte, a Associação dos Artesãos e a Prefeitura, em parceria com a SEBRAE, procura estimular esta atividade promovendo cursos. A cidade de Atalaia do Norte conta com uma loja de artesanato que compra dos artesãos (estes não precisam ser obrigatoriamente vinculados à associação). Na loja os produtos são vendidos tanto para a população local de Atalaia, como para os turistas que se dirigem à cidade com o objetivo de comprar artesanato.

A comercialização continua a ser o maior problema para o desenvolvimento da atividade de artesanato, pois a demanda turística não é suficiente para sustentar a atividade. Entretanto, acredita-se que seja possível uma melhor articulação da atividade com os mercados potenciais (regionais e extra-regionais). Existem casos em que mercados mais distantes são alcançados graças à intermediação de ONG's (mercado italiano por exemplo), ou através da Internet que possibilitou o contato direto com compradores no Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo. Nos mercados mais próximos como o de Letícia (CO), o artesanato das comunidades indígenas brasileiras (principalmente de Atalaia do Norte) é comercializado juntamente com artesanato colombiano e peruano. Em Tabatinga também há uma loja bem próxima ao aeroporto, que vende artesanato feito em Atalaia do Norte.

Segundo entrevistas realizadas em campo, um pequeno número de pessoas controla a rede de comercialização de artesanato indígena do Amazonas vendido em Manaus.

Estes compram todo o artesanato que chega à capital amazonense e revendem em pequenas lojas de rua ou nas lojas de artesanato do aeroporto internacional de Manaus.

As matérias-primas usadas para o artesanato são naturais como sementes de frutas, ossos de animais, penas, plumas, madeira, cipó, palhas e corantes naturais. A partir destes elementos são confeccionados entalhes e estatuetas em madeira, cestos, colares, anéis, objetos de rituais (máscaras, bonecas), redes, utensílios, etc.

Uma das matérias-prima mais valorizadas atualmente é a jarina, fruto de uma palmeira (utilizado na confecção de artesanato e conhecido como “marfim vegetal”), alcança no mercado externo quatorze dólares por quilo, mas pode ser adquirida por preço muito menor nas comunidades indígenas. Segundo palavras do prefeito Amauri de Benjamin Constant, “o caboclo vende dez quilos por trinta reais e muitas vezes derruba a jarina para fazer roça”. São Paulo compra qualquer quantidade de jarina.

O desenvolvimento do artesanato na região do Alto Solimões é, portanto uma atividade promissora. Diversas instituições já prestam alguma forma de apoio, mas falta ainda, em diversas comunidades, infra-estrutura de apoio como casa de artesanato para o armazenamento e exposição da produção e ferramentas para a manufatura das peças. O Comandante do 8º Batalhão de Infantaria da Selva, em Tabatinga afirmou que o exército está em vias de construir mais duas casas de artesanato na entrada desta cidade.

É necessário estabelecer canais regulares de comercialização da produção, com a preocupação de permitir seu controle pelas associações de artesãos e o estabelecimento de pontos de venda na região do Alto Solimões e não só nos grandes centros regionais e nacionais.

Não se deve esquecer dos artesãos não-indígenas que existem na região. Existe em São Paulo de Olivença uma Associação de Artistas e Artesãos apoiada pela Secretaria de Cultura do Município, e que também precisa de mercado garantido para sua produção, o mesmo pode ocorrer em outros municípios do Alto Solimões. De qualquer modo, é também uma atividade de geração de renda para as populações urbanas e ribeirinhas não indígenas e o apoio aos indígenas exclusivamente, poderia acirrar os conflitos entre estas distintas populações.

Recomenda-se a realização de levantamento da atividade de artesanato não indígena e incorporá-los nas políticas de apoio a serem oferecidas às comunidades indígenas.



Cestos indígenas do AMATU, Bom Caminho, Benjamin Constant, 2004



Confecção de cesto indígena na comunidade de Boa Esperança, São Paulo de Olivença, 2004

A-2.6 Turismo

O Alto Solimões apresenta um conjunto paisagístico fenomenal, com a confluência de três importantes rios paisagisticamente bem distintos (Solimões, Javari e Içá), rios de águas pretas e marrons e a grandiosidade do Solimões, além da presença de comunidades indígenas e seu rico artesanato. Destacando-se ainda, o Hotel de Selva em Atalaia do Norte, a rede hoteleira de bom padrão de Letícia e razoável em Tabatinga, aeroportos internacionais e regionais com boa frequência de vôos regulares conectados à três principais capitais amazônica (Manaus, Letícia e Iquitos) e uma floresta ainda muito preservada, fauna e flora variada (principalmente pássaros).

Pode-se identificar basicamente dois circuitos, ou pólos turísticos na Mesorregião. O primeiro formado por Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte no lado brasileiro, e Letícia, Puerto Nariño, Caballo Cocha e Iquitos nos lados colombiano e peruano. E um segundo circuito formado pelos municípios de São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins. Os dois circuitos estão agora ligados por vôos regionais regulares.

Apesar da grande distância aos principais mercados nacionais, a região do Alto Solimões encontra-se em uma tríplice fronteira bem provida de aeroportos, contando inclusive com aeroporto internacional em Letícia. A proximidade de duas importantes cidades amazônicas como Letícia e Iquitos ligadas por vôos regulares é outra vantagem para o desenvolvimento do turismo na região. A cidade de Letícia, por sua vez, já vem sendo trabalhada como destino turístico há décadas e possui uma razoável infra-estrutura

turística, ainda que necessite de modernização. O grande trunfo da região é a possibilidade de explorar conjuntamente três mercados distintos, o brasileiro, o colombiano e o peruano, além de mercados turísticos mais cobiçados como o norte-americano e europeu.

Neste sentido, é preciso pensar no desenvolvimento da atividade de forma integrada com nossos vizinhos, caso se deseje ampliar as chances de atrair turistas para a região.

Em termos de opções para o turista a região apresenta uma boa variedade de passeios e atividades que precisam ser melhor desenvolvidas, como as festas e o patrimônio arquitetônico de São Paulo de Olivença e Amaturá (que necessitam de restauração), visitas às comunidades indígenas, observação de pássaros e da fauna, pesca esportiva, etc. O artesanato (indígena em particular) pode ser desenvolvido complementarmente ao turismo regional, sendo que neste quesito, mais uma vez Letícia (CO) está melhor preparada. A infra-estrutura turística do lado brasileiro é precária, e um grande obstáculo é a falta de energia e saneamento nas cidades.

Um sério problema para o turismo regional e nacional brasileiro é o custo das passagens aéreas. A única alternativa para remover este obstáculo poderiam ser os vôos “charters”.

Ainda é mais fácil atrair o turista colombiano ou peruano, por ser mais barato chegar à região, mas a situação econômica destes países reduziu em muito esse mercado.

Algumas iniciativas originais estão sendo implementadas na região para atração de turistas, como a implantação de um “hotel de selva” no município de Atalaia do Norte. Outros empreendimentos desse tipo têm chance de funcionar em outras áreas do Alto Solimões, mas ainda é necessário muito investimento em capacitação da mão-de-obra, infra-estrutura hoteleira, levantamento de sítios de interesse, etc. Enfim, é uma atividade onde ainda há tudo por fazer no Alto Solimões, e que precisa ser pensada de forma integrada aos países com quem compartilhamos nossa fronteira.



**Vista da entrada de
de Amaturá, 2004**



**Vista do rio Jandiatuba,
São Paulo de Olivença, 2004**

A Figura 31 apresenta a organização espacial de um potencial APL do Turismo e Artesanato no Alto Solimões.

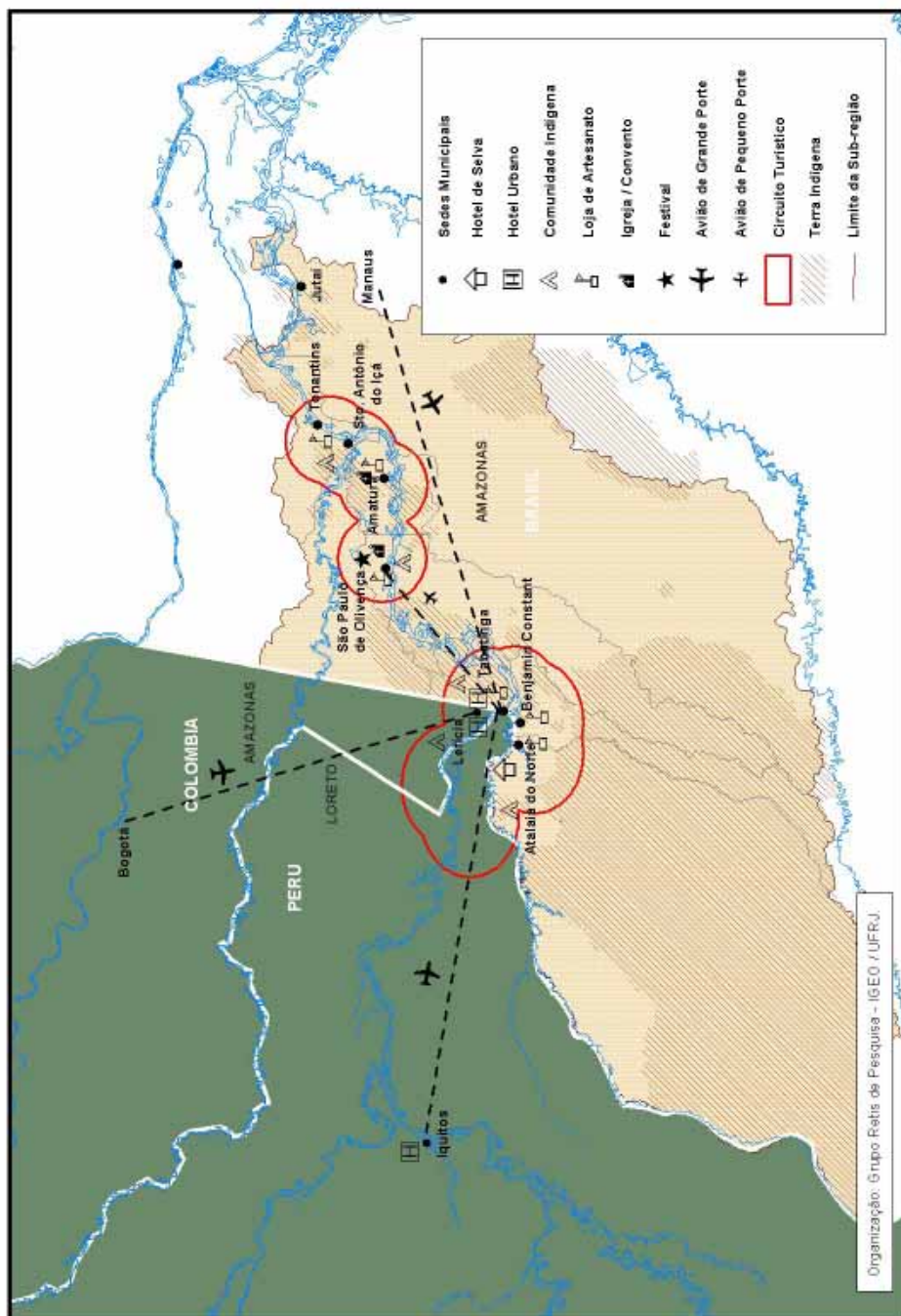


FIGURA 31: ALTO SOLIMÕES - POTENCIAL DE IMPLANTAÇÃO DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL - TURISMO E ARTESANATO

Outros arranjos produtivos locais podem ser pensados para a região como o beneficiamento de frutas tropicais (compotas, congelamento da poupa), o beneficiamento da castanha, a criação de quelônios, a produção de azola como fonte alternativa de proteínas, entre outros, como foram levantados nas reuniões do Fórum realizadas.



Sacos de açai para sucos e poupa, Benjamin Constant, 2004



Fabricação de móveis, São Paulo de Oliveira, 2004

Além do reconhecimento das principais potencialidades da região para a formação de arranjos produtivos locais foram levantados alguns problemas importantes e que podem influenciar o desenvolvimento regional.

O problema do tráfico de drogas, armas e movimentação das guerrilhas colombianas na fronteira com o Brasil, por exemplo, afeta diretamente os municípios do Alto Solimões, principalmente após o cerco do PLAN COLOMBIA (financiado pelos EUA) que empurra a produção da droga, os laboratórios e as FARC para as fronteiras da Colômbia, entre elas, a brasileira.

Os órgãos nacionais responsáveis por coibir a entrada de grupos de guerrilha no país, o Exército Brasileiro, vem perdendo recursos ano a ano e o mesmo ocorre com a Polícia Federal. Aparentemente, as FARC não atuam do lado brasileiro, pois grande parte da fronteira do Brasil com a Colômbia é formada por zona-tampão, sendo ocupado por Terras Indígenas (de um lado e de outro do limite internacional), os Tucano na Cabeça do Cachorro e os Ticuna, próximo a Tabatinga.

Por outro lado, existem indícios de que a atividade do tráfico estimule de alguma forma o comércio ribeirinho, abastecendo-se de diversos gêneros no Brasil (efeito positivo no comércio fluvial das pequenas cidades ao longo dos Rios Uaupés-Alto Rio Negro, Japurá-Caquetá, Iça-Putumayo). A elevada movimentação de motos, usualmente utilizadas

para o transporte e comercialização da droga em pequenas cidades é outro indicativo da presença do tráfico na região.



**Movimentação de motos
em Santo Antônio do Içá, 2004**



**Supermercado em
Santo Antônio do Içá, 2004**

O mesmo ocorre com a pesca que financiada pelos colombianos, acaba gerando renda para muitas famílias de pescadores que não teriam mercado para a sua produção, entretanto há indícios de que existem ligações entre o dinheiro da droga e da pesca.

O município de Santo Antônio do Içá apresenta forte movimento por sua localização no Rio Içá-Putumayo, que sobe até a área da coca e da guerrilha. O Rio Içá-Putumayo é importante na plantação de coca somente no médio vale, bastante distante da fronteira com o Brasil. Como o Rio é navegável é possível que drogas e armas continuem passando por Santo Antônio do Içá. Em Letícia, por outro lado, existe uma grande unidade do Exército e um campo de treinamento dos colombianos pelos americanos.

As medidas que se impõem de forma imediata são da alçada do Ministério da Defesa, embora o Ministério da Integração Nacional deva reforçar as negociações para concretizá-las, a saber:

- reforçar e ampliar o número de contingente do Exército; reforçar/incluir unidades da Marinha e da Aeronáutica nos povoados localizados na linha de fronteira com a Colômbia e a Venezuela; e
- concentrar as ações sociais e de construção de infra-estrutura do Exército na Amazônia (médicos, batalhões de engenharia de estradas e pontes).

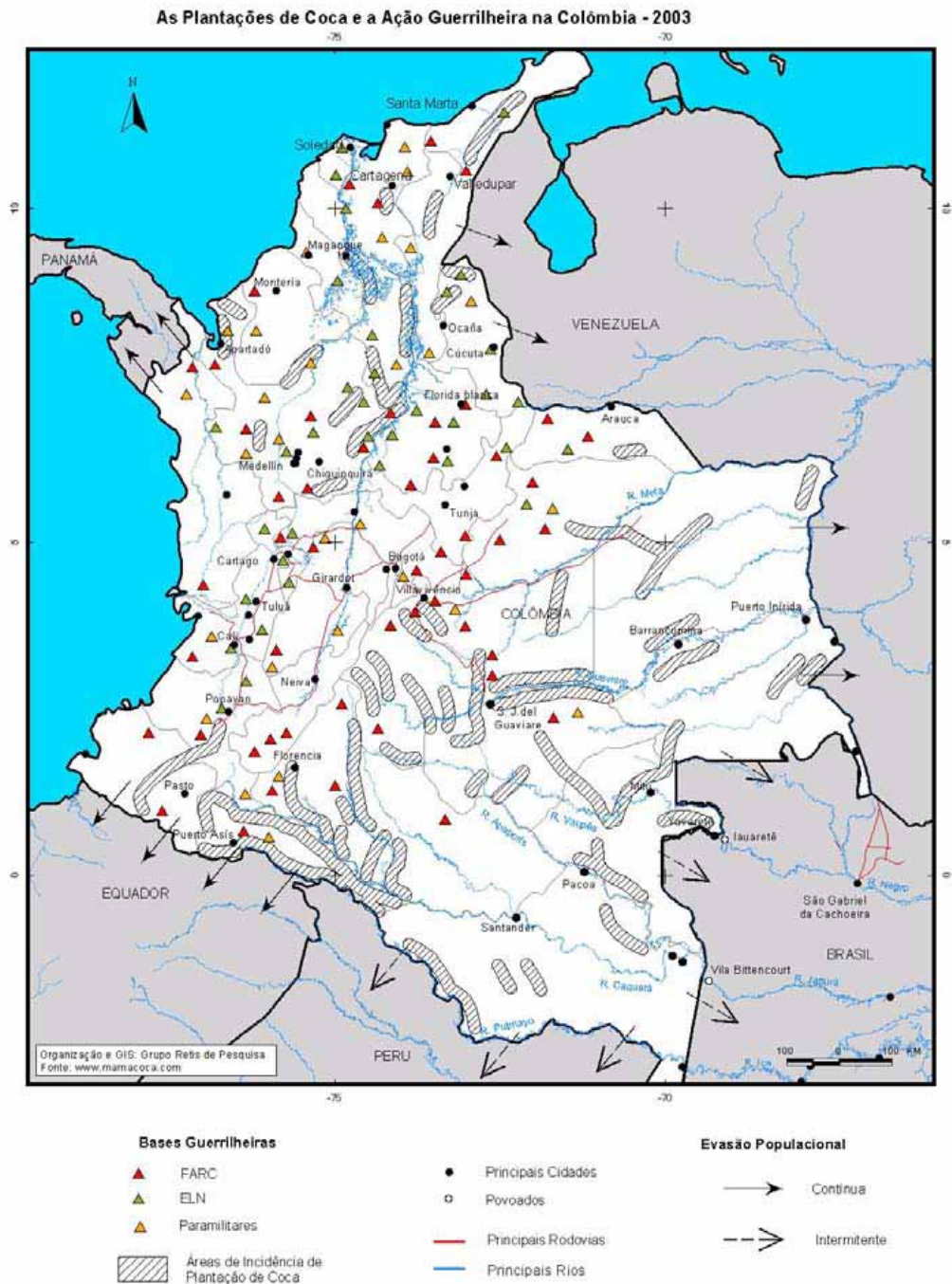


FIGURA 32: PLANTAÇÕES DE COCA E AÇÃO GUERRILHEIRA NA COLÔMBIA

No âmbito do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, duas medidas podem ser adotadas:

- as reuniões do Fórum da Mesorregião do Alto Solimões devem integrar representantes dos departamentos vizinhos da Colômbia e do Peru;
- um estudo de viabilidade para a implantação de uma ZIF em Tabatinga-Letícia-Benjamin Constant deve ser feito.

O Quadro 22 apresenta uma relação dos principais problemas e potencialidades para o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais selecionadas na Sub-região do Alto Solimões e o Quadro 23 relaciona diretrizes, estratégias e instrumentos e o marco regulatório pertinente, para cada uma das APLs selecionadas.

Sector	Identidade Produtiva e Potencialidades	Problemas e Gargalos	Municípios Promissores	Atores Estratégicos
Madeireiro	Atividade tradicional; abundância de recursos florestais exploráveis; existência de serrarias ociosas; grande capacidade de geração de empregos.	Exploração predatória; concentração de riqueza; invasão de terras e violência; proliferação de doenças; superexploração da mão-de-obra; descaminho da madeira brasileira para o Peru; dificuldades de implantação de projetos de manejo florestal; restrições em áreas indígenas; dificuldades de fiscalização; falta de infra-estrutura e equipamentos; pouca qualificação da mão de obra.	Benjamin Constant; São Paulo de Olivença; Santo Antônio do Içá; Atalaia do Norte	MTN; Governo Estadual/IPAAM; AMRAS;
Moveleiro	Atividade tradicional; existência de movelarias ociosas; grande capacidade de geração de empregos.	Falta de equipamentos; máquinas obsoletas; baixa qualificação da mão-de-obra; funcionamento irregular; falta de projeto e desenho de mobiliário; falta de acesso aos mercados; falta de capital de giro e financiamento da produção.	Tabatinga; Benjamin Constant; Atalaia do Norte; São Paulo de Olivença; Santo Antônio do Içá	MTN; Governo Estadual/Programa Zona Franca Verde; SEBRAE; SENAI; Prefeitura Municipal; empresários do setor moveleiro local
Pesqueiro	Atividade tradicional formadora da identidade produtiva da população; relativa abundância de recursos em variedade de espécies e quantidade. Existência de cadeia produtiva para exportação (colombiana) que dá acesso ao mercado internacional e apoio logístico aos pescadores brasileiros.	Pesca realizada de forma artesanal, desarticulada, sem infra-estrutura e em frota antiga e em mau estado; mercado de exportação dominado por colombianos com pouco retorno econômico para a região (descaminho); os pescadores brasileiros explorados pelos colombianos perdem no câmbio e na classificação do peixe (desfavoráveis); exaustão dos recursos e diminuição da produtividade pela pesca predatória; desperdício de pescado; falta de organização do setor.	Todos os municípios do Alto Solimões; com destaque a Tabatinga e Santo Antônio do Içá	Comitês de Vizinhança Brasil-Colômbia; Sec.Especial de Aquicultura e Pesca do Gov. Federal; IBAMA; Ministério do desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Min.Fazenda/Receita Federal; Associações de Pescadores; IDAM/Gov.do Amazonas; SEBRAE; Universidades
Piscicultura	Apontada como uma das melhores alternativas econômicas para a região, face ao esgotamento da pesca nos rios da região; Mercado interessado na produção (colombianos); serve para aumentar a produção sem pressionar os recursos pesqueiros da região; cria oportunidades de pesca em períodos de defeso ou seca de igarapés; já conta com programas bem estruturados pelo Governo do Estado/IDAM o Programa Zona Franca Verde	Custos elevados de implantação e manutenção (tanque e ração); obtenção e transporte de alevinos; dificuldades de acesso à terra; falta de capacitação dos produtores; furto de peixes	Benjamin Constant; São Paulo de Olivença e Santo Antônio do Içá; apesar de poder ser implantado em todos os municípios	Sec.Especial de Aquicultura e Pesca do Gov. Federal; IBAMA; Associações locais; Prefeituras; IDAM/Gov.do Amazonas; SEBRAE; Universidades

QUADRO 22: PROBLEMAS E POTENCIALIDADES DA SUB-REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES

Setor	Identidade Produtiva e Potencialidades	Problemas e Gargalos	Municípios Promissores	Atores Estratégicos
Mandioca	Atividade tradicional na região (populações indígenas e não indígenas); grande capacidade de geração de emprego e renda; possibilidades de beneficiamento para produção de farinha de mesa, composto de ração; pequenas feculárias.	Desorganização dos produtores, métodos artesanais precários, baixa qualidade da produção (farinha), falta de higiene na confecção da farinha e derivados, comercialização deficiente.	Todos os municípios do Alto Solimões; com destaque para Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá e Santo Antônio do Içá	Min. da Agricultura/PRONAF, EMBRAPA. Associações de Produtores Rurais locais, associações indígenas, Prefeituras, Gov. do Amazonas/SEPROR/IDAM/ Programa Zona Franca Verde SEBRAE, FUNAI, INCRA
Artesanato	Atividade de grande potencial de geração de renda para comunidades indígenas; as comunidades começam a se organizar e já contam com associações e esquemas de comercialização da produção que precisam ser melhorados. Atividade pouco predatória que pode valorizar a identidade indígena, além de ser complementar à atividade turística.	A comercialização ainda pouco explorada no lado brasileiro da fronteira; Mercado internacional explorado pelos colombianos em Letícia, em lojas especializadas. Mercado nacional controlado por poucos intermediários de Manaus. No lado brasileiro falta infraestrutura nas comunidades produtoras e de pontos de venda nas cidades.	Tabatinga; Benjamin Constant; Atalaia do Norte; São Paulo de Olivença e Santo Antônio do Içá	Associações de artesãos indígenas; MIN; Prefeituras, SEBRAE, Ministério da Cultura, FUNAI
Turismo	Paisagem Amazônica por excelência, com floresta ainda muito preservada, fauna e flora variada, pesca esportiva, igarapés, rios de águas pretas e marrons, grandiosidade do rio solimões, confluência de três importantes rios distintos (Solimões, Javari e Içá), comunidades indígenas e rico artesanato, hotel de selva em Atalaia do Norte, rede hoteleira de bom padrão em Letícia e razoável em Tabatinga, aeroportos internacionais e regionais com boa frequência de vôos regulares conectados às três principais capitais amazônicas (Manaus, Letícia e Iquitos).	O turismo ainda é pouco explorado na região. O pequeno fluxo de turistas é canalizado por Letícia (CO), que possui rede turística de hotéis e passeios turísticos locais estabelecida; Tabatinga participa desta rede de forma marginal ainda que complementar, os principais passeios e agências estão em Letícia e só agora começa a melhorar sua infra-estrutura hoteleira. Atalaia do Norte já conta com um hotel de selva.	Pólo 1 - Tabatinga-Letícia (BR-CO), Benjamin-Constant (BR), Atalaia do Norte (BR), Puerto Nariño (CO), Caballo Cocha (PE), Iquitos (PE) Pólo 2 - São Paulo de Olivença (BR), Amaturá (BR), Santo Antônio do Içá (BR), Tonantins (BR)	Ministério do Turismo, Ministério das Relações Exteriores, Governos Estaduais, Prefeituras, agentes de turismo estaduais e locais, associações de hotéis e pousadas, empresas de transporte e seus homólogos dos países vizinhos

QUADRO 22: PROBLEMAS E POTENCIALIDADES DA SUB-REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES (CONT.)

Sector	Diretrizes	Estratégias	Instrumentos	Marco Regulatório Vigente
Madeireiro	Fomentar a criação de Arranjos Produtivos Locais do Setor Madeireiro	Implantação de projetos de manejo florestal; Parceria com o Governo do Estado/IPAAM; apoio ao associativismo; melhoria da fiscalização; investimento em P&D, educação e tecnologia de processo e produto florestais; fomentar projetos comunitários; criar mecanismos de controle da concentração econômica; cooperação técnico/comercial com o Peru.	Regularização fundiária; assistência técnica; capacitação de mão de obra; apoio financeiro ao produtor com regras que evitem a concentração econômica; alteração da legislação para permitir exploração econômica em áreas indígenas; financiamento de equipamento órgão fiscalizador; beneficiamento de certificação da madeira; utilização compartilhada da infra-estrutura/equipamentos; discussão do tema com parceiros peruanos nos Comitês de Fronteira.	Código Florestal; Lei 4.771/65; MP N.2.166-67/2001; Lei 9.985/2000; Lei 7.803/1989; Lei 5.868/72
Moveleiro	Fomentar a criação de Arranjos Produtivos Locais do Setor Moveleiro	Parceria com o Governo do Estado e o Programa Zona Franca Verde; apoio ao associativismo dos moveleiros; capacitação da mão-de-obra; capacitação gerencial dos empresários do setor; investimento em melhoria da produção; abertura de novos mercados.	Assistência técnica; capacitação de mão de obra; apoio financeiro ao produtor; financiamento de projetos de design local; criação de selo de qualidade e marca do Alto Solimões; utilização compartilhada da infraestrutura e equipamentos.	Certificado de origem da madeira utilizada; regulamentação geral da atividade
Pesqueiro	Fomentar a formação de cadeia produtiva transfronteiriça de pesca; inserir técnicas sustentáveis econômica e ambientalmente	Aproveitar a cadeia de exportação de pescado estabelecida por colombianos; simplificar processos de exportação do pescado; fortalecer segmentos nacionais da cadeia da pesca; regularizar e controlar a atividade exportadora do peixe "de couro" para a Colômbia; internalizar benefícios do comércio do peixe; controlar recursos pesqueiros; formar parcerias com Gov. Estadual / IDAM, Universidades e SEBRAE; atrair a iniciativa privada.	Mudança na regulamentação da exportação do pescado; financiamento da atividade pesqueira; instalação entrepostos pesqueiros flutuantes (armazenamento e beneficiamento); fornecimento de barco frigorífico com unidade de beneficiamento; reativação de fábricas de gelo; implantação de infra-estrutura de salga; capacitação dos pescadores e líderes das associações; implantação do manejo pesqueiro; apoio à comercialização visando mercado interno e externo.	Decreto-Lei 221/67; Lei 7.679/88; Sistema de Inspeção Federal (S.I.F.) Ministério da Agricultura (regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal)
Piscicultura	Apoiar a implementação de Arranjos Produtivos Locais de Piscicultura	Apoiar o associativismo; atrair fornecedores para Fábrica de Ração de Benjamin Constant; aumentar o acesso à crédito; dar assistência técnica; apoiar a regularização fundiária.	Parceria com IDAM; capacitação dos piscicultores; estabelecer critérios de seleção privilegiando pequenos produtores e indígenas; término da construção da fábrica de ração em Benjamin Constant; implementação de cadeia de fornecedores para fábrica de ração de Benjamin Constant; apoio à comercialização da produção.	Regulamentação ambiental para construção dos tanques de piscicultura; Critérios de seleção de projetos para receber ajuda do Programa Zona Franca Verde

QUADRO 23: DIRETRIZES PARA ESTÍMULO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E TRANSFRONTEIRIÇOS DO ALTO SOLIMÕES

Setor	Diretrizes	Estratégias	Instrumentos	Marco Regulatório Vigente
Mandioca	Fomentar a criação de Arranjos Produtivos Locais da Cadeia da Mandioca	Capacitação do produtor rural (indígena e não indígena) para melhoria da produção, assistência técnica e extensão rural, financiamento da produção, insumos e maquinário, incentivo ao associativismo e organização dos produtores, apoio à implantação de pequenas indústrias de beneficiamento, apoio à comercialização, divulgação dos produtos, abertura de novos mercados, regulamentação fundiária	Aumento do número de extensionistas; parceria com IDAM; término da construção da fábrica de ração em Benjamin Constant; implementação de cadeia de fornecedores para fábrica de ração; apoio a abertura de linhas de crédito	PROVARZEA PRONAF ARCOSOL
Artesanato	Apoiar a implementação de Arranjos Produtivos Locais de Artesanato	Fortalecer as associações de artesanato indígena; apoiar na comercialização (mercados interno e externo); apoiar a capacitação de artesãos indígenas (com professores indígenas); Estender o apoio às associações de artesãos não-indígenas; divulgar o artesanato regional	Construção de casas de artesanato nas aldeias; implantar pontos de venda nas cidades; catalogar peças-tipo; ajuda na criação de marca; selo para a produção, embalagem, aproveitando mão de obra indígena, etc.	Estatuto do Índio
Turismo	Apoiar a implementação de Arranjos Produtivos Transfronteiriços de Turismo	Apoio ao desenvolvimento da rede de hotéis e pousadas, capacitação da mão-de-obra turística local, recuperação do patrimônio histórico arquitetônico, levantamento de sítios de interesse turístico, divulgação dos atrativos regionais, oferta de pacotes turísticos atrativos, melhoria de infraestrutura de saneamento, principalmente água. Articulação e parceria com agentes e autoridades dos países vizinhos	Inventário de recursos turísticos regionais, parceria com empresas de turismo internacionais, nacionais e companhias aéreas, hotéis e pousadas, produção de material de divulgação (mídia impressa, e eletrônica), divulgação nos meios de comunicação, promoção de eventos turísticos na região (Festivais de pesca, Folclore, etc.)	Legislação referente a áreas especiais, parques estaduais e federais. Regulamentos referentes ao ecoturismo.

QUADRO 23: DIRETRIZES PARA ESTÍMULO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E TRANSFRONTEIRIÇOS DO ALTO SOLIMÕES (CONT.)

B. CONE SUL-MATO-GROSSENSE – FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI

O estudo de caso foi fundamentado em pesquisa de campo realizada no primeiro semestre de 2004, seguindo um largo roteiro de reconhecimento, iniciado em Dourados e terminando num encontro informal com autoridades brasileiras e paraguaias, além de representantes da sociedade civil em Ponta Porã. O roteiro incluiu as seguintes cidades: Sidrolândia, Dourados, Maracajú, Naviraí, Rio Brilhante, Mundo Novo, Guaíra, Salto del Guairá (Paraguai), Japorã, Coronel Sapucaia, Capitán Bado (Paraguai), Amambaí, Ponta Porã, Pedro Juan Caballero (Paraguai), Bela Vista e Bella Vista (Paraguai)¹.

Tendo a fronteira com o Paraguai como referência, a área de abrangência do estudo de caso compreende as sub-regiões do Pantanal (segmento Sul), Bodoquena e Cone Sul-mato-grossense. Aqui será aprofundado a análise desta última sub-região, as outras duas tendo sido contempladas no item relativo à tipologia das sub-regiões.

¹ O trabalho de campo contou com a colaboração essencial para seus resultados, do Dr. Frederico Valente (IGP-MS) e do Professor Tito Carlos Machado de Oliveira (UFMS)

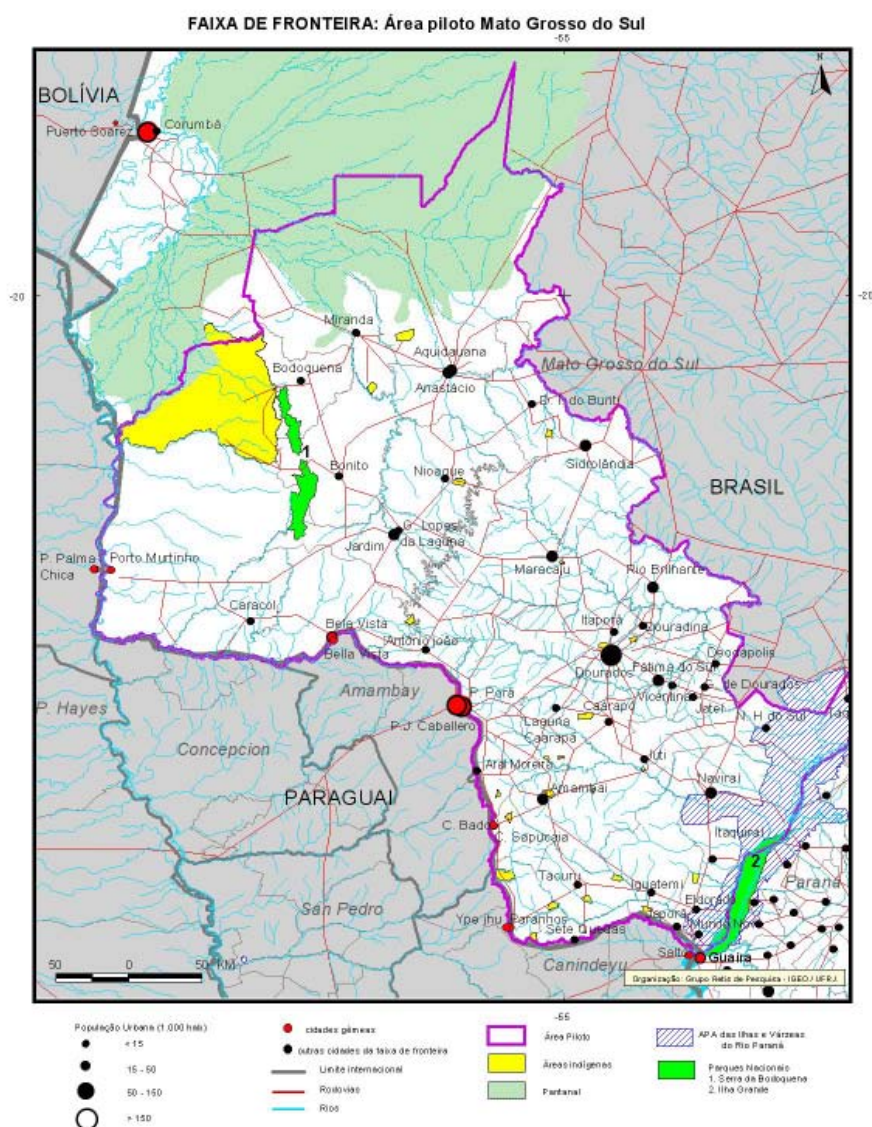


FIGURA 33: ÁREA PILOTO DO MATO GROSSO DO SUL

B-1 Caracterização Geral

O Cone Sul-mato-grossense é uma das sub-regiões mais complexas e desafiadoras da Faixa de Fronteira. Conhecida na mídia pelas maiores e sucessivas apreensões de cocaína, *Cannabis sativa* e contrabandos dos mais diversos e, mais recentemente, por conflitos envolvendo a população indígena e fazendeiros, a região é uma das mais ricas do Brasil em termos de atividades agropecuárias (criação de gado de corte, gado leiteiro, soja, mandioca).

Entre o final do século XIX e até o pós-guerra (década de 1940), desde Porto Murtinho até o Noroeste do Paraná, as Sub-regiões da Bodoquena e do Cone Sul-mato-grossense foram o domínio da *Companhia Matte Laranjeira*. A companhia de capital misto brasileiro e argentino recebeu grandes concessões de terras da União após a Guerra do Paraguai, tanto no atual Mato Grosso do Sul como no Paraná para a exploração dos ervais nativos, exportando por via fluvial (Rios Paraguai e Paraná) a matéria prima do mate para a Argentina, onde se fazia o beneficiamento, venda e revenda.

Como os ervais estendiam-se por território brasileiro e território paraguaio, a Companhia foi incorporando terras dos dois lados da divisa, tornando-se um pequeno império extrativista que definiu durante anos a identidade regional e o poder de algumas famílias de Mato Grosso (o Estado de Mato Grosso do Sul só foi criado na década de 1970). Da rede de armazéns e escritórios de gerência emergiram as atuais sedes dos municípios de Porto Murtinho, Bela Vista e Ponta Porã. A riqueza dos ervais do Paraná levou à mudança da sede da Companhia de Porto Murtinho, à margem do Rio Paraguai, para Guaíra, cidade paranaense na divisa com o Mato Grosso do Sul e o Paraguai, à margem do Rio Paraná. Uma série de fatores, o esgotamento dos ervais, mudanças políticas na Argentina e no Brasil, as madeireiras paranaenses e com elas as primeiras levas de imigrantes sulistas e nordestinos seguindo a trilha colonizadora do Norte do Paraná, foi responsável pelo fim do domínio da *Companhia Matte Laranjeira*.



Bela Vista/MS: prédio da década de 1920, vinculado ao 'ciclo' da erva mate e ao comércio fluvial na bacia do Paraguai. Cidade-gêmea com Bella Vista (PY) (março, 2004)



Bela Vista/MS: potencial turístico da história regional, com exemplos de arquitetura de inspiração eclética e art-deco no sertão de MS (março, 2004).

B-2 Aspectos Geoeconômicos: agricultura e agronegócios

Dois outros eventos foram importantes na formação socioeconômica do território. O primeiro ocorreu na década de 1930, com a criação pelo Governo Federal de várias colônias agrícolas na região de Dourados, permitindo o assentamento de nordestinos e sulistas praticando pequena lavoura de subsistência, primeira cunha do sistema produtivo de ‘frente pioneira’ na região.

O segundo evento foi a expansão da soja nas últimas décadas, seguindo também a trilha dos novos “colonos” sulistas, vinculado ao sistema produtivo dos agronegócios. Superpondo-se e mesclando-se na região de Dourados, com a compra das terras dos antigos colonos, o novo vetor tem servido de “canal” para a expansão de filiais e novos empreendimentos procedentes, principalmente do Paraná. Destaca-se a extensa rede de armazenamento e secagem da soja e, mais recentemente, a valorização da mandioca para a produção de amido, que tem sido responsável pela implantação de pequenas fábricas modernas com investimento paranaense, paulista e sul-mato-grossense.



Cone Sul-mato-grossense. Armazém de soja e indústria de óleo; capitais paranaenses e multinacionais investindo nos agronegócios da soja. (março, 2004)

De fato, nos últimos anos um novo evento veio a se somar aos dois anteriores, a expansão do cultivo da mandioca para a produção de amido. A mandioca, sempre associada na história do país ao sistema produtivo indígena e caboclo, está sendo “capturada” pelo sistema produtivo agro-industrial. Três fatores podem ser apontados como responsáveis por essa mudança de perfil do cultivo da mandioca. O primeiro é o avanço tecnológico no aproveitamento químico-industrial de produtos de origem orgânica; o segundo, a decisão governamental de permitir maior percentual de fécula em produtos alimentares; o terceiro, específico a Mato Grosso do Sul, uniu o SEBRAE-MS a uma associação de pequenos produtores de mandioca e fécula no vale do Ivinhema (Bacia do

Paraná), a nordeste de Dourados. Essa conjunção de fatores emergentes provocou a alta do preço do produto de menos de cinquenta reais para trezentos reais/tonelada nos dois últimos anos. Nas Sub-regiões Cone Sul, Dourados e Bodoquena, a expansão do cultivo foi acompanhada pela difusão de pequenas unidades industriais de produção de amido, seja com investimentos do Paraná e São Paulo, seja com investimentos sul-mato-grossenses. O incentivo fiscal proporcionado pelo Governo Estadual sob a forma de redução do ICMS sem dúvida também foi favorável à implantação da APL da mandioca na área-piloto. Considerando que o amido tem várias aplicações, desde a produção de alimentos até conservantes químicos e plástico biodegradável, sugere-se a expansão da APL da mandioca até a fronteira com o Paraguai, onde também se expande a “frente” da mandioca para fins industriais.



Naviraí/MS. Fábrica de amido de mandioca. (março, 2004)

A presença de produtores rurais brasileiros no Paraguai tem facilitado aí também a implantação de fabricas de amido e a transformação de antigas plantações de soja em cultivos de mandioca, fato que está provocando efeitos negativos no país vizinho. A mandioca, que faz parte da dieta paraguaia, era barata. Entretanto, com a valorização e redução da oferta nos mercados locais, o preço aumentou, causando reclamações dos consumidores.

B-3 Aspectos Geoeconômicos: pecuária de corte e leiteira

O Pantanal é a região por excelência da criação extensiva de gado bovino. Na área de estudo está representada pelos municípios do Noroeste (Pantanal Sul), como Aquidauana, Anastácio e Miranda. Inicialmente voltadas para a produção de charque, depois para a venda de bezerros, hoje muitas fazendas também estão explorando o turismo

rural. A criação extensiva de gado de corte, exportado em pé para a engorda no Cone Sul-mato-grossense, caracteriza hoje a economia da pecuária nas duas Sub-regiões, Pantanal (Sul) e Bodoquena.

A presença do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, relativamente próximo ao pólo turístico fomentado pelo Governo Estadual (que abrange os municípios de Jardim e Bonito a Sudoeste do Pantanal) sugere a possibilidade de um “corredor turístico” na área.

A expansão da rede rodoviária e o bom estado da maioria das estradas em Mato Grosso do Sul (federais e estaduais), fruto de um fundo especial criado pelo Governo Estadual com esse fim, permitiu a articulação dos municípios do Norte com Campo Grande, criando um mercado para a produção leiteira sub-regional. Assim, atualmente, o Pantanal Sul abriga a bacia leiteira de Aquidauana, incluindo o Sudoeste do Estado, apresentando produção expressiva de leite *in natura* com tecnologia de resfriamento. O aparecimento de indústrias de laticínios nas sedes municipais está vinculado ao mercado local, separados que estão por grandes fazendas. Esse tipo de organização espacial da produção não é indutor de arranjo produtivo vinculado aos laticínios.

Outro é o perfil das Sub-regiões de Dourados e Cone Sul-mato-grossense. Aqui aparecem grandes fazendas de criação e engorda de gado bovino, indicador de maior nível de especialização e investimento em pastos artificiais (Iguatemi, Amambaí, Maracajú, Japorã, Mundo Novo). Pequenos curtumes estão espalhados pela região, a maior parte da produção destinada às indústrias de transformação localizadas no Paraná e em São Paulo. Grande parte do gado é exportada para a região de Nova Andradina (Costa Leste) e para o Oeste Paulista, embora a exportação direta para o exterior de carne bovina certificada é crescente (frigoríficos em Campo Grande e Costa Leste), inclusive para países árabes.

A importância desse rebanho, um dos maiores do país poderia ser a base para estimular a cadeia produtiva da bovinocultura de corte. No entanto existe pouco interesse dos grandes criadores em romper sua própria ‘cadeia produtiva’, neste caso “horizontal”, estimulando a verticalização na própria região, até porque muitos deles fazem exatamente isso em seus estados de origem (São Paulo, Paraná).



Japorã/MS. Paisagem-tipo das grandes fazendas de criação engorda da Sub-região Cone Sul-mato-grossense (março,2004)



Japorã/MS (fronteira com o Departamento Canindeyú, Paraguai). Paisagem-tipo dos acampamentos dos sem-terra. Neste município ocorreram a invasões das fazendas locais locais por indígenas de uma pequena reserva cercada por grandes propriedades pastoris (março,2004).

A pecuária leiteira, por outro lado, apresenta cenário mais promissor para a verticalização da bovinocultura de leite. As bacias leiteiras de Dourados e, principalmente Glória de Dourados, permitiram o aparecimento de várias indústrias de laticínios, com produção primordialmente destinada ao mercado regional, que inclui Campo Grande a Leste. Um fator positivo é a existência de diversas associações de produtores leiteiros, empenhados na melhoria técnica do produto.

Uma APL potencial de bovinocultura de leite poderia articular a sub-região de Dourados ao município limeiro de Ponta Porã, que engloba vários assentamentos, antigos e recentes, os quais poderiam se beneficiar da articulação com o mercado de Dourados.

B-4 Posição Peculiar das Atividades para Geração de Emprego e Renda

Uma das principais conclusões do estudo de caso nas Sub-regiões de Dourados e do Cone Sul-mato-grossense é a necessidade de distinguir, do ponto de vista prático e também conceitual, estratégias e ações dirigidas ao desenvolvimento regional e à geração de emprego e a renda. O desenvolvimento regional geralmente depende de ações de longo prazo, visto estar associado ao aumento de diversas densidades, econômicas, sociais, técnicas e institucionais, como postulado pelas teorias clássicas de desenvolvimento. Supunha-se que novos pólos de investimento industrial, por exemplo, teriam como efeito ‘natural’ o aumento da oferta de empregos e da renda da população. Atualmente, o êxito de um novo investimento industrial tende a ser medido pelo introdução de novas tecnologias industriais, geralmente poupadoras de mão-de-obra, e os efeitos desses investimentos

tendem a ser medidos pelo aumento do PIB regional e/ou capacidade de exportação. Não existe nesse caso, por tanto, uma relação linear entre novos investimentos e firmas dotadas de novas tecnologias industriais (o caso da mandioca, apontado acima, parece exemplar) e a geração de emprego e renda, mas sim uma reorganização do espaço produtivo.

Em Mato Grosso do Sul, como em tantos outros lugares, o desemprego é mais visível na cidade que no campo, até uma parte considerável da mão-de-obra local reside nas cidades, principalmente em regiões com predomínio de agricultura mecanizada. O foco do problema de geração de emprego e renda desloca-se assim “região” para os núcleos urbanos. Não é novo afirmar que no urbano as atividades com potencial de gerar emprego e [baixa] renda são predominantemente informais e de nível técnico-tecnológico baixo, exatamente por isso absorvendo uma massa de mão-de-obra pouco qualificada e oferecendo condições de trabalho difíceis (insalubridade, longas horas de trabalho, salário-produtividade, ausência de direitos trabalhistas).

Nas últimas décadas, quase que simultaneamente à expansão das indústrias “capital-intensivas”, ou seja, de alto nível tecnológico, uma forma híbrida de atividade industrial, muito antiga, adquiriu novo ímpeto, combinando trabalho informal com uso de maquinaria sofisticada e “indústria doméstica”. Sua conexão com indústrias “capital-intensivas” em uma ou várias pontas de um processo produtivo territorialmente disperso, configuram redes de produção ou “cadeias produtivas” complexas e de elevada ‘flexibilidade’ (em termos de vida útil, forma de contratação da mão de obra, estoques, das empresas formais e informais envolvidas). As “*sweat-shops*” (referência à insalubridade das condições de trabalho) urbanas são mais difundidas no ramo das confecções, porém são também encontradas em outros setores. Desde o Sudeste Asiático até as metrópoles dos países desenvolvidos, o “modelo”, indubitavelmente precário, das *sweat-shops* tem sido uma das soluções para o desemprego urbano.

Nas pequenas e médias cidades da área de estudo, o número de lojas acopladas à ‘indústria’ de confecções ou de bordados, de aplicação de detalhes a roupas já confeccionadas é significativo, embora não capitados pelas estatísticas oficiais do setor industrial. Em Dourados, Ponta Porã, Amambaí, em Pedro Juan Caballero (Paraguai), Naviraí, Maracajú, tais empreendimentos são comuns. Os donos das lojas fazem seus contatos/contratos no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Oeste Paulista, em Curitiba, Cianorte ou Umuarama no Paraná, criando verdadeiras redes funcionais.



Dourados/MS loja de fábrica de confecções (março, 2004)



Geração de emprego e renda. A fábrica está atrás da loja, fazendo uso de mão-de-obra informal local e máquinas bordadeiras controladas por computador, compradas em São Paulo



Segunda sala, hora do almoço, as operarias fazendo hora-extra. Há filas de candidatas a esses empregos, similares ao das *sweat-shops* de outros países (China, Estados Unidos, França, Norte da África, Sudeste Asiático). É um dos instrumentos mais mobilizados globalmente para a geração de emprego e renda (março, 2004)

B-5 A Fronteira do Paraguai

O Cone Sul-mato-grossense conta com três cidades-gêmeas de variados tamanhos ao longo da fronteira paraguaia, (Bela Vista/Bella Vista; Ponta Porã/Pedro Juan Caballero; Coronel Sapucaia/Capitán Bado), além da conurbação entre Paranhos e o povoado de Ypejú (Paraguai), e a Tríplice Fronteira bi-nacional no extremo Sudeste da região, formada por Mundo Novo/MS, Guaíra/PR e a cidade paraguaia de Salto del Guairá. Embora muitas delas tenham surgido na época da erva-mate, o processo que as transformou em pequenas cidades está relacionado com interações conjunturais mais recentes, vinculadas

ao comércio (sacoleiros, turismo de compras), ao tráfico de *Cannabis sativa* e à “fronteira móvel” dos brasiguaios no país vizinho.

Comércio

De modo geral, o comércio entre cidades-gêmeas e mesmo o contrabando são feições muito comuns em faixas de fronteira pelo mundo afora. Deriva não só do fluxo de bens e pessoas, como da possibilidade de usufruir as facilidades proporcionadas por diferenças de normas entre sistemas territoriais. Uma das mais recentes (segunda metade do século XX) tem a ver com valores diferenciados de moeda, a chamada “economia da arbitragem”, que permite não só o comércio de bens como o comércio de moedas.

A transformação do Paraguai em um grande entreposto ou porto franco no pós-guerra foi uma forma de estimular o comércio transfronteira. Compradores seriam atraídos pelo preço baixo de produtos impossíveis de serem adquiridos no país de origem devido aos altos impostos que seus governos cobravam para desestimular as importações e incentivar a produção interna.

Foi esta diferença entre normas e políticas nacionais que levou ao aparecimento dos “sacoleiros”. Pedro Juan Caballero nunca foi tão importante quanto Ciudad del Este neste comércio. Especializou-se em abrigar bancos que funcionavam como ponte para operações triangulares, mecanismo muito utilizado por empresas e o sistema bancário brasileiro durante os anos de inflação galopante.

A abertura relativa às importações na década de 1990, o controle do processo inflacionário e a reforma do sistema bancário no Brasil reduziram essa função das cidades-gêmeas, e foi particularmente prejudicial a Pedro Juan Caballero, pois, ao contrário de sua vizinha no sul (Ciudad del Este), não abrigava as “maquilas” de produtos brasileiros para compensar a redução do turismo de compra e a função bancária.

A produção e tráfico de cannabis

Paralelamente ao comércio, o aumento do consumo de *Cannabis sativa* no Brasil estimulou seu plantio ao longo da fronteira com o Brasil, ao mesmo tempo em que brasileiros dominavam o tráfico. Esse processo teve início há mais de trinta anos e se expandiu de forma acentuada nos últimos vinte anos. Atualmente, o Departamento de Amambay é o maior produtor de maconha do Paraguai (mais de 70% do total) e grande parte desta economia é controlada por brasileiros. Não é aqui o lugar para detalhar a questão. Basta apontar para sua natureza contraditória (e conjuntural), pois ao mesmo tempo em que estimula o comércio urbano, gera empregos na área rural e financia atividades absolutamente legais nas cidades e no campo de vários estados brasileiros e paraguaios,

fecha as portas a outros investimentos que poderiam estruturar de forma mais sustentável as interações transfronteiriças.

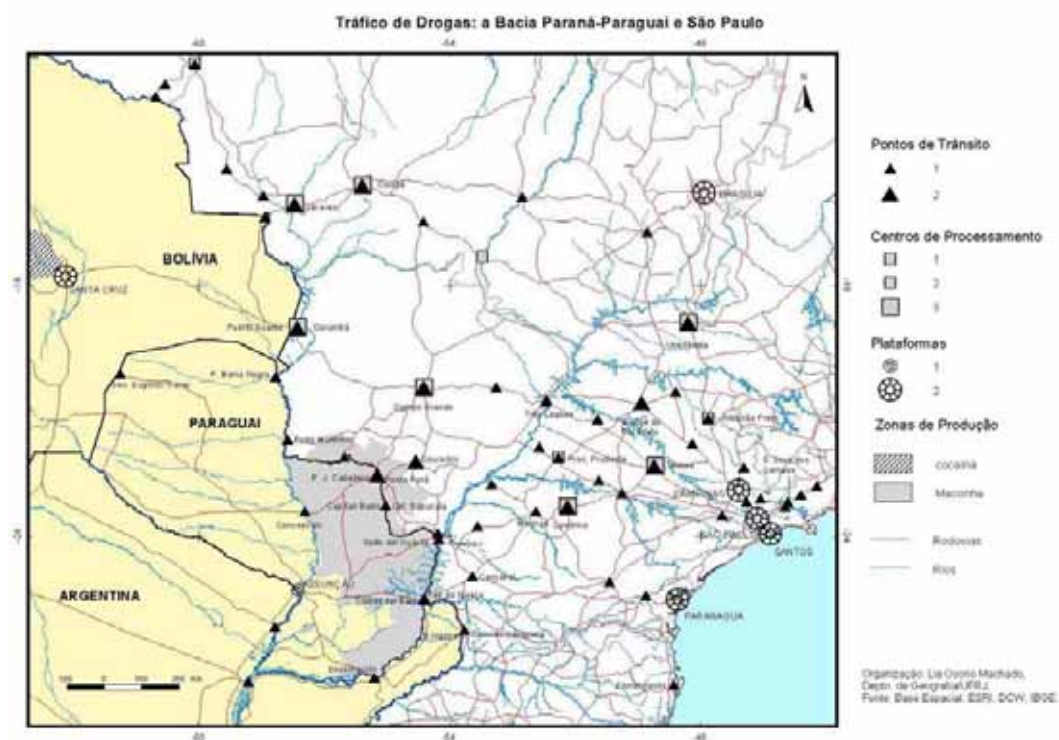


FIGURA 34: TRÁFICO DE DROGAS: BACIA PARANÁ-PARAGUAI E SÃO PAULO

A “fronteira móvel”

Não só a economia ilegal atraiu brasileiros para a fronteira paraguaia. Durante os últimos trinta anos, levas de imigrantes sulistas vêm comprando terras no país vizinho, plantando soja ou criando gado bovino, explorando a madeira abundante em suas florestas, usualmente contrabandeada para o Brasil. A expansão dos brasiguaios na fronteira paraguaia é hoje uma fonte de tensão para as relações transfronteiriças. Os governos paraguaios têm se beneficiado da produção de grãos controlada por brasileiros, na medida em que ajuda a melhorar a balança de pagamentos, estimula a reforma da administração e atenua a difundida imagem do país como “país-bandido”.



Pedro Juan Caballero (PY). Mercado popular com confecções brasileiras. Pedro Juan é cidade-gêmea com Ponta Porã/MS. (março, 2004)



Fronteira seca Brasil-Paraguai. Marco de fronteira em meio a campo de Soja (março, 2004)

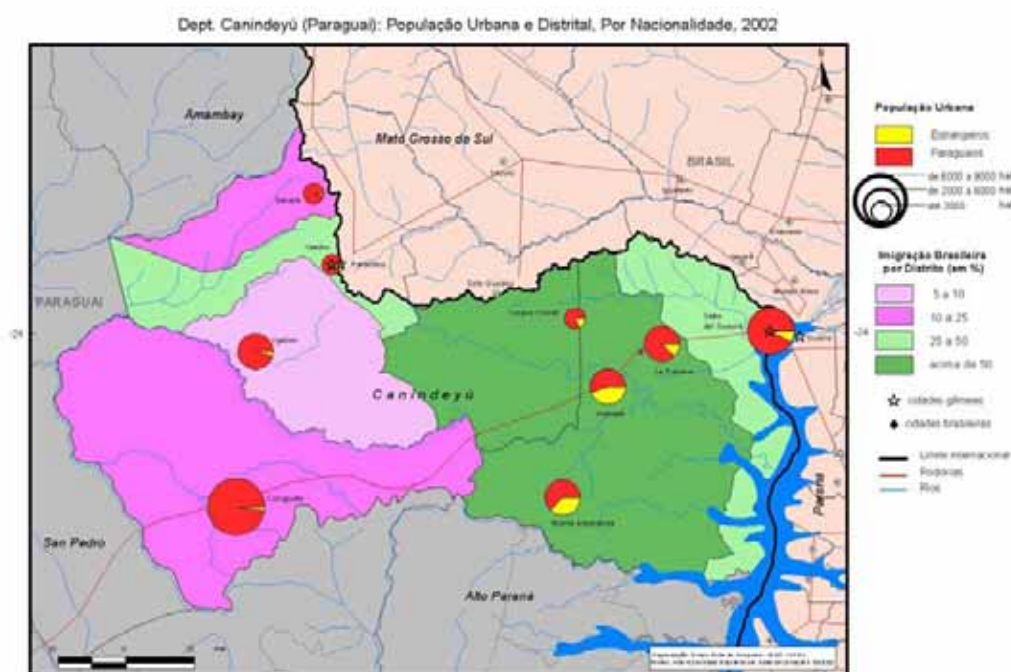


FIGURA35: DEPARTAMENTO DE CANINDEYÚ: POPULAÇÃO URBANA E DISTRITAL, POR NACIONALIDADE - 2002

A situação não é vista com os mesmos olhos no “terreno”, ou seja, muitos paraguaios vêem com desconfiança e preocupação a compra de boas terras de cultivo pelos vizinhos. São unidades produtoras mecanizadas, com baixo nível de absorção de mão-de-obra local e baixo nível de interação com a cultura local.

A expansão de empresas de armazenamento, secagem e esmagamento de soja por firmas brasileiras no Paraguai, acoplada à recente entrada de empresas interessadas na

aproveitando-se da falta de títulos de propriedade de antigas comunidades rurais paraguaias. Esses e outros elementos da dinâmica regional e das interações transfronteiriças sugerem que a fronteira do Cone Sul-mato-grossense deve ser alvo prioritário de políticas públicas locais e federais.

B-6 Arranjos Produtivos Locais

O cruzamento da pesquisa de campo com dados da Junta Comercial do Estado do Mato Grosso do Sul e das análises das especializações produtivas, sugestões de Arranjos Produtivos Locais foram organizadas sob a forma de mapas, apresentados a seguir. Os Quadros que complementam esta seção apresentam uma relação dos principais problemas e potencialidades para o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais selecionadas na Sub-região do Cone Sul-mato-grossense.

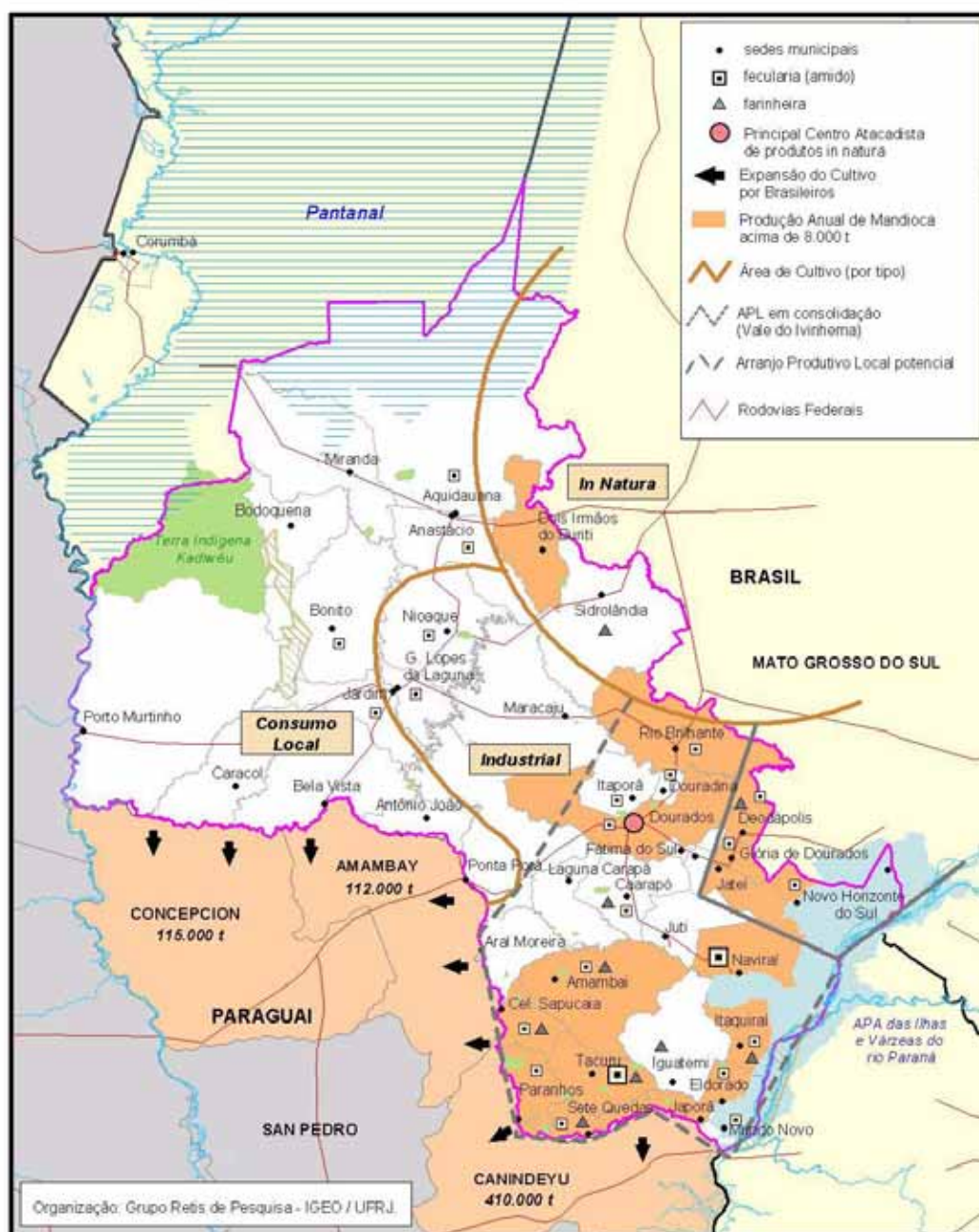


FIGURA 36: MATO GROSSO DO SUL - POTENCIAL DE IMPLANTAÇÃO DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: MANDIOCA

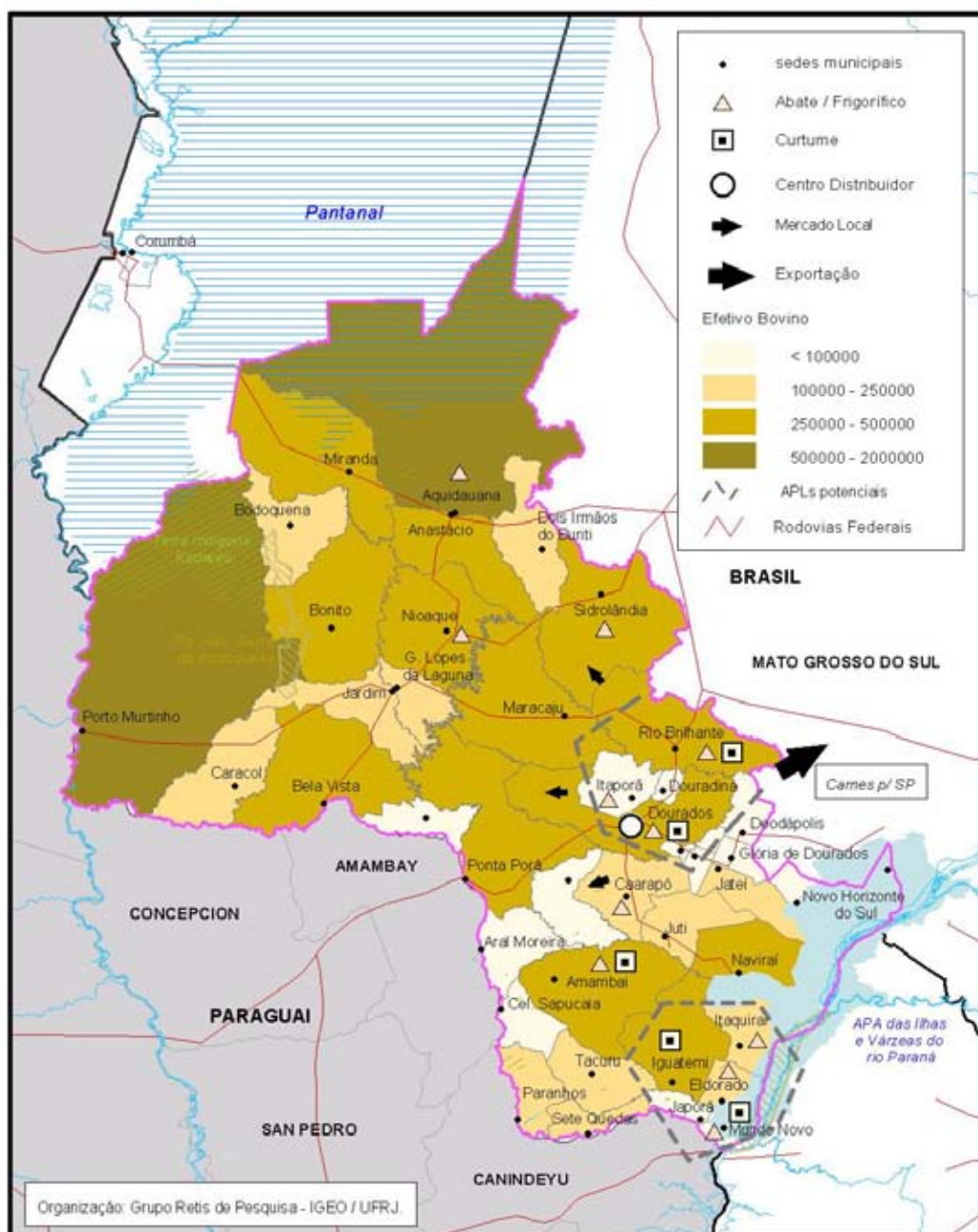


FIGURA 37: MATO GROSSO DO SUL - POTENCIAL DE IMPLANTAÇÃO DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: BOVINOCULTURA DE CORTE/COUROS

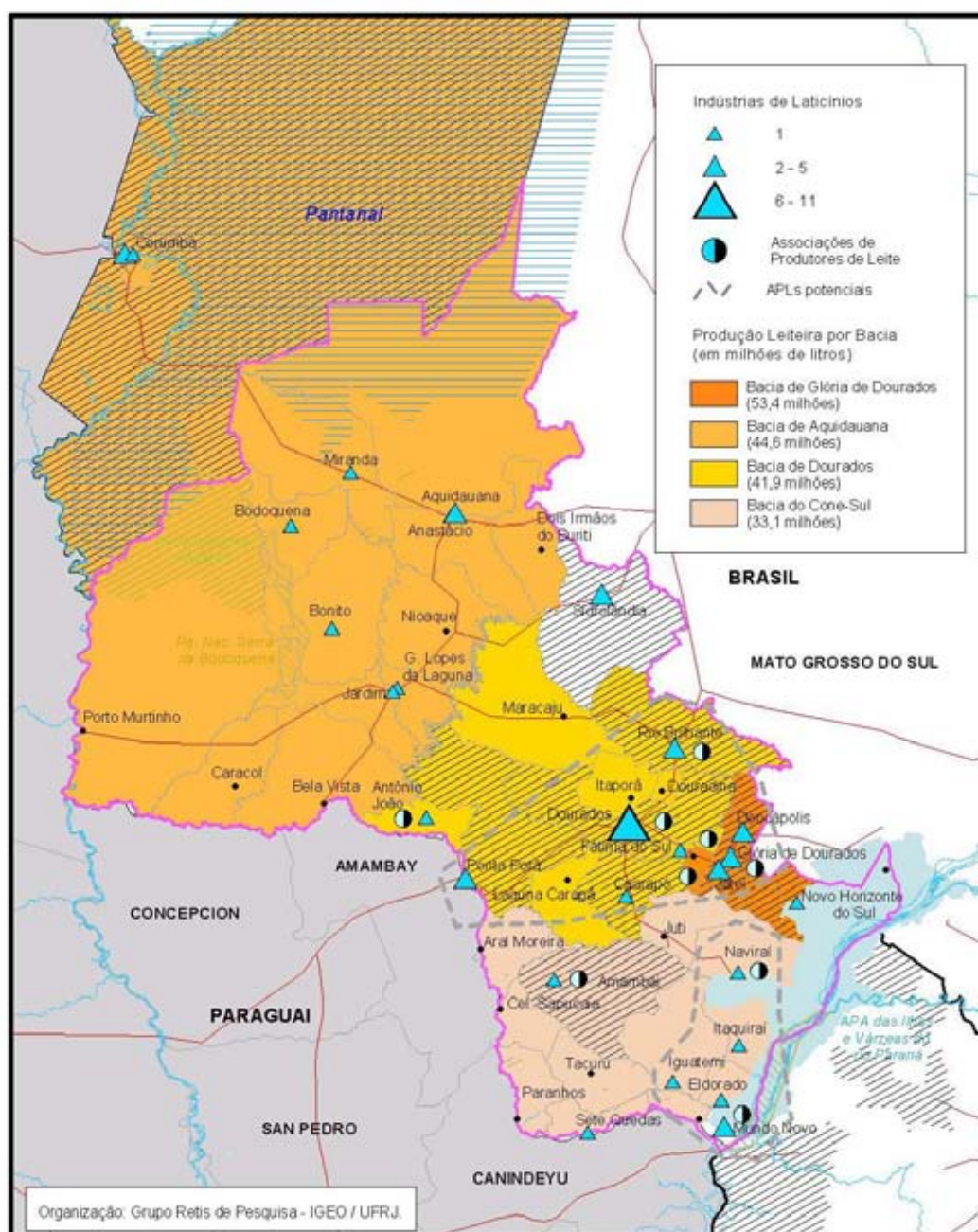


FIGURA 38: MATO GROSSO DO SUL - POTENCIAL DE IMPLANTAÇÃO DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: LEITE E DERIVADOS

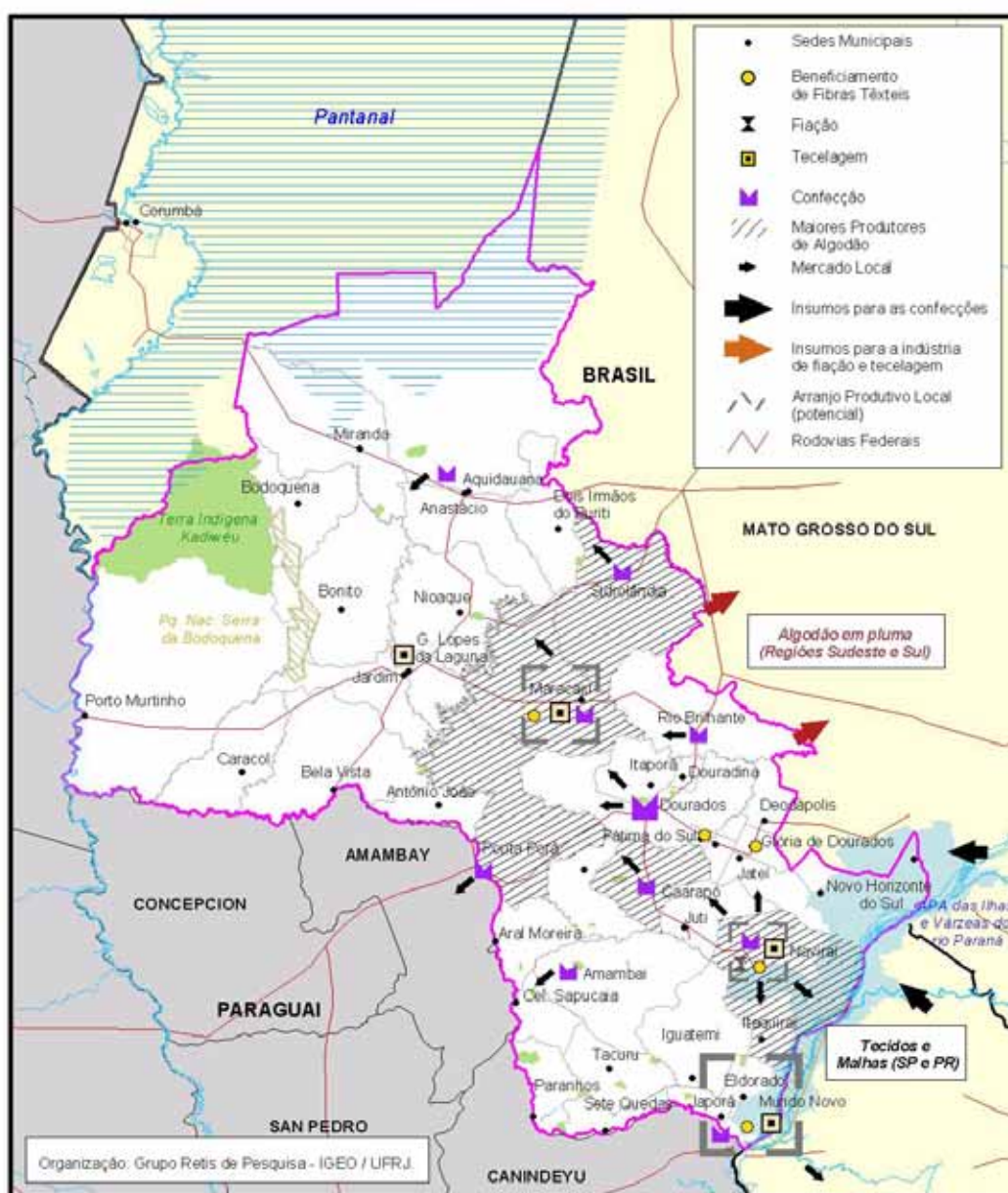


FIGURA 39: MATO GROSSO DO SUL - POTENCIAL DE IMPLANTAÇÃO DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: INDÚSTRIA TÊXTIL

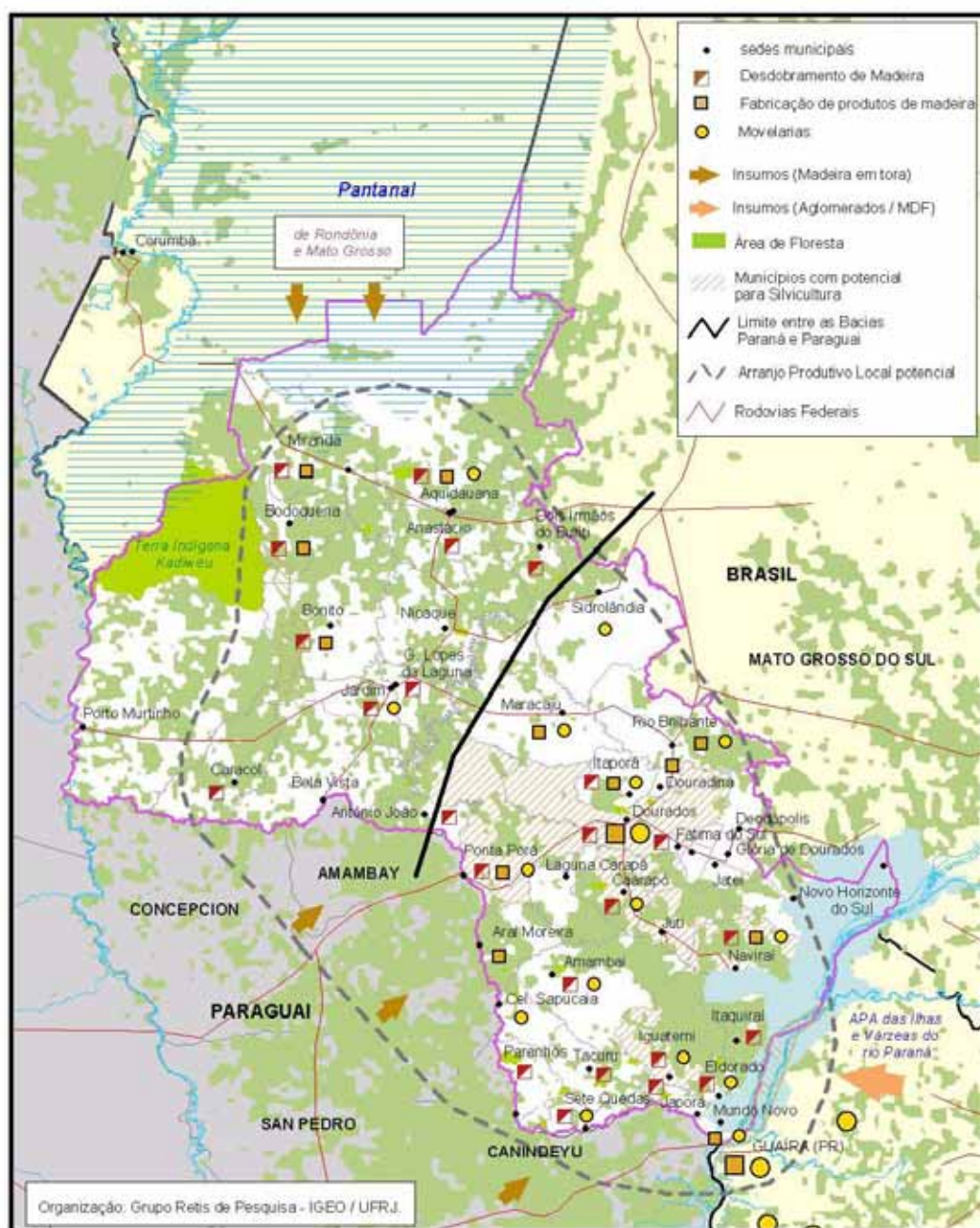


FIGURA 40: MATO GROSSO DO SUL - POTENCIAL DE IMPLANTAÇÃO DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: MADEIRA/MOVELARIA

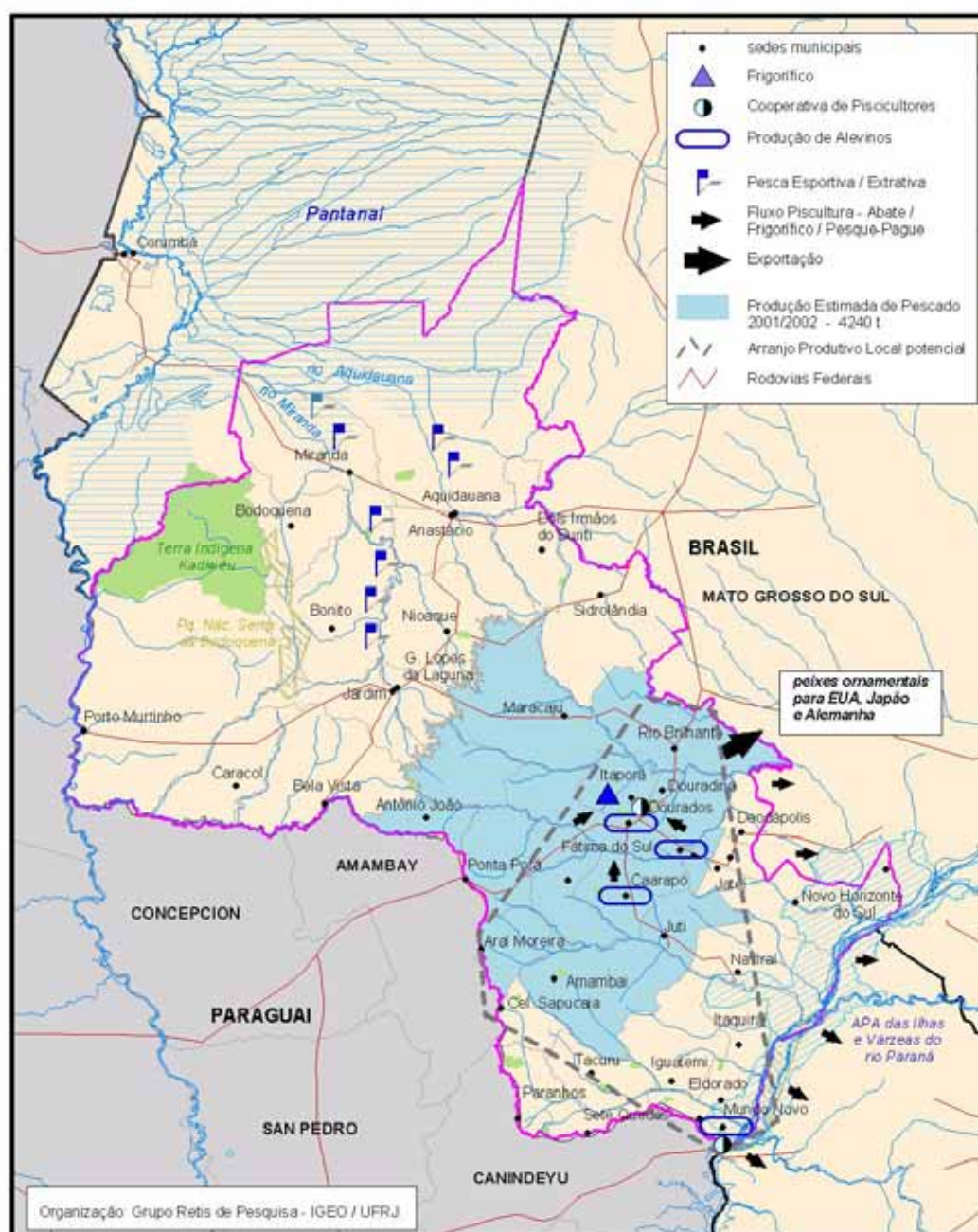
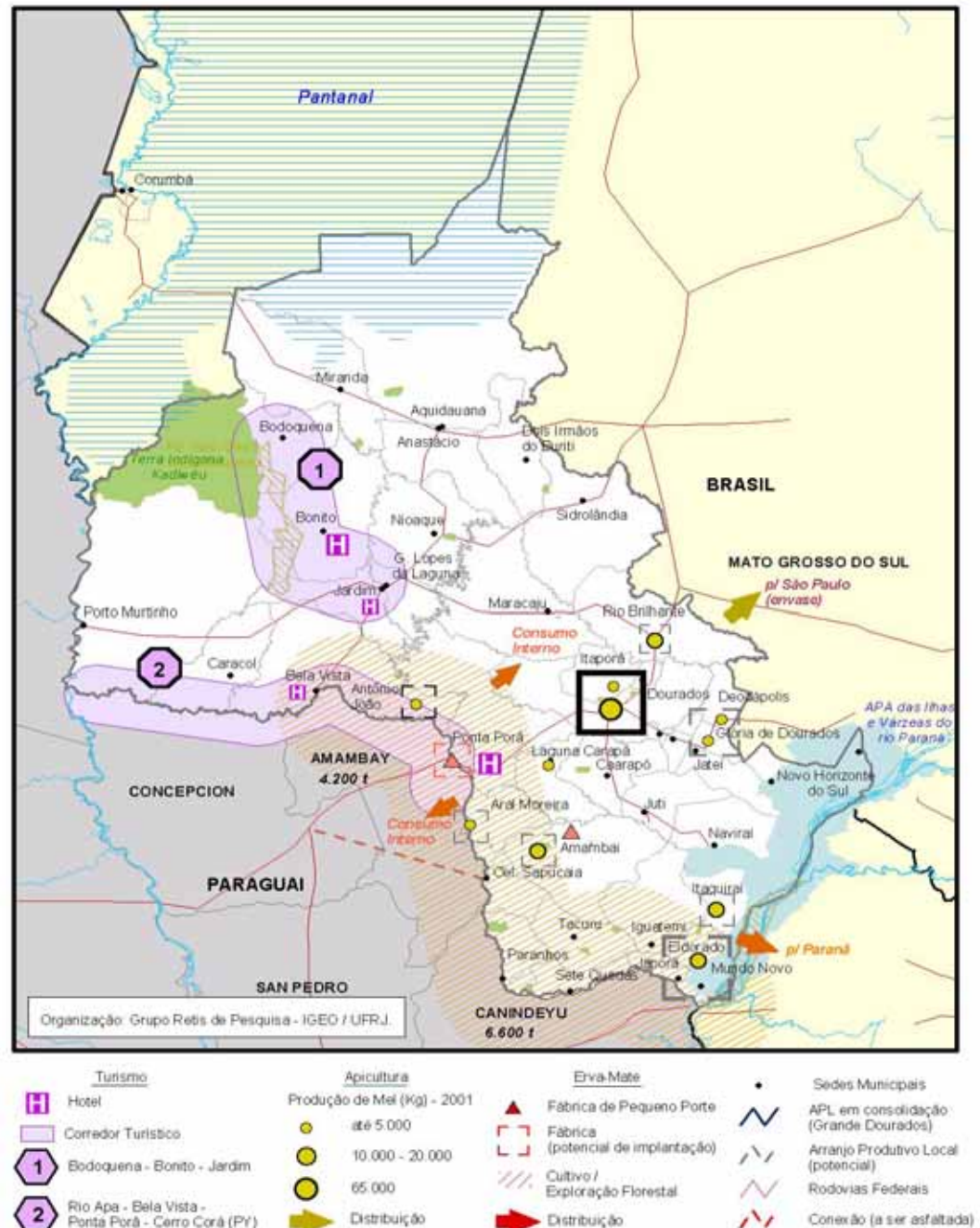


FIGURA 41: MATO GROSSO DO SUL - POTENCIAL DE IMPLANTAÇÃO DE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: PESCAE PISCICULTURA



Sector	Identidade Produtiva e Potencialidades	Problemas e Gargalos	Municípios Promissores
Madeireiro	Frente madeireira deixou o Cone Sul-mato-grossense, deslocando-se em direção a Porto Murtinho, Miranda, e ao Paraguai. Serrarias em ruína (Ponta Porã), atualmente a madeira em tora vem do Paraguai, de Porto Murtinho, de Mato Grosso e de Rondônia. Setor evoluindo para indústria de desdobramento da madeira, compensados, etc.; importação de insumos: MDF do Paraná, para fabricação de compensados; ferragens de São Paulo e Rio de Janeiro.	Contrabando de grandes quantidades de madeira em tora do Paraguai; frente madeireira brasileira avançou nas matas do país vizinho, provocando desmatamento nos departamentos paraguaios de Amambay, Concepción, Canindeyú. Silvicultura pouco explorada	Madeira: Aquidauana, Porto Murtinho; Silvicultura: Dourados, Caarapó, Juti, Ponta Porã, Navirai, Iguatemi.
Moveleiro	Somente a sub-região de Dourados é pólo moveleiro (formal e informal); difusão de fabricações de artefatos e desdobramento de madeira com potencial para expansão para o Cone Sul-mato-grossense principalmente na fronteira com o Paraguai - Amambay e Canindeyú.	Mercado local é urbano, porém a região apresenta baixa densidade populacional, o que dificulta a implantação de arranjos produtivos moveleiros; falta aperfeiçoamento técnico para mercados mais exigentes. Em termos de geração de emprego e renda, a dispersão dos mercados é positiva, pois pequenas firmas, na maioria informais, atendem ao consumo local.	Dourados, Amambai, Sidrolândia, Caarapó, Maracaju, Itaporã, Mundo Novo, Navirai, Rio Brilhante, Bonito, Jardim
Leiteiro	Sub-regiões de Dourados, Bodoquena, Pantanal, Cone Sul-mato-grossense abrigam as principais bacias leiteiras, com destaque para Dourados e sua região de influência (Bacia de Glória de Dourados). A bacia leiteira de Aquidauana (Bodoquena, Pantanal-Sul) tem grande potencial leiteiro; produção de laticínios para o mercado nacional e regional (SP, PR) pode ser desenvolvida.	Falta de resfriadores para pequenos e médios produtores, inclusive nos assentamentos para acondicionamento do leite, experiência das indústrias locais, principalmente de PR e SP; Ausência de Associações de produtores leiteiros nos assentamentos da região do Cone Sul e da Bodoquena e Pantanal-Sul.	Produção leiteira: Aquidauana, Miranda, Bonito, Bodoquena, Caracol, Amambai, Aral Moreira; Laticínios: Dourados, Glória de Dourados, Deodápolis, Jateí, Novo Horizonte do Sul, Ponta Porã, Amambai, Aral Moreira, Mundo Novo.
Bovino/cultura de Corte	Forte identidade produtiva das Sub-regiões do Pantanal e Bodoquena: fazendeiros paulistas, paranaenses e sul-mato-grossenses compraram grandes fazendas no Cone Sul, tornando a região uma das mais importantes regiões de gado de corte no país, com carne certificada para exportação, inclusive para países árabes. Especialização em boi gordo destinado a frigoríficos paulistas e paranaenses. Poucos frigoríficos regionais importantes, a maioria para o mercado regional. Potencial de internalização da produção de carne e subprodutos do boi. Potencial para indústrias de artigos de couro e de curtumes e pré-curtumes.	Grandes fazendas pecuarista com proprietários ausentes e com pouco interesse em ir além da venda de boi gordo em pé.	Frigoríficos: Iguatemi, Amambai, Mundo Novo, Bonito, Miranda.

QUADRO 24: PROBLEMAS E POTENCIALIDADES DA ÁREA-PILOTO DE MS - FRONTEIRA COM O PARAGUAI

Sector	Identidade Produtiva e Potencialidades	Problemas e Gargalos	Municípios Promissores
Pesqueiro	Atividade tradicional formadora de identidade produtiva e cabocla, relativa abundância em variedade de espécies e quantidade. Pesca esportiva nas Sub-regiões Pantanal e Bodoquena (Bonito, Miranda, Anastácio e Aquidauana).	Comportamento predatório (rRo Apa). Somente um frigorífico para pescado (Itaporã), a maior parte sendo exportada por caminhões frigoríficos para São Paulo, Rio e Paraná.	Pesca esportiva, ligação com turismo. Sub-região da Bodoquena e Sub-região do Pantanal
Piscicultura	Grande produção de alevinos, principalmente para exportação (Paraná e exterior). Principais pólos de alevinos: Dourados, Fátima do Sul, Caarapó, Mundo Novo. Potencial de expansão da cadeia produtiva da produção de alevinos e da piscicultura com espécies variadas de peixes. Aproveitamento da pele de peixes para acessórios. Aproveitamento do pescado para ração. Varias prefeituras estão financiando tanques para estimular a produção, porém sem apoio técnico sistemático.	Baixa difusão de conhecimento e tecnologias para desenvolvimento da indústria de bolsas e outros acessórios com pele de peixes. Baixo nível de articulação dos municípios com tanques para piscicultura instalados em implantação. Baixo nível de acompanhamento técnico da piscicultura.	Dourados, Fátima do Sul, Caarapó, Navirai, Antônio João.
Mandioca	Atividade tradicional (população indígena) em processo de transição para matéria prima industrial. Médios e grandes proprietários de soja devido à elevação do preço do produto nos últimos dois anos, por sua vez vinculada à expansão da produção industrial do amido. Cadeia produtiva do amido de mandioca em gestação, com apoio do SEBRAE. Potencial de expansão de feculárias (formais e informais). Maiores produtores da mandioca industrial estão nas Sub-regiões de Dourados e Cone Sul-mato-grossense. Na Sub-região da Bodoquena a produção ainda é para consumo local. Potencial de expansão para a Paraguai das unidades de amido.	Problema com consumidores no Paraguai (onde faz parte da dieta local campesina) devido à compra da produção e das terras de colonos paraguaios por brasileiros, articulados a cadeia produtiva agroindustrial mandioca-amido. Fraca integração das comunidades indígenas à cadeia produtiva da mandioca. Redução das farinhas informais devido à captura da produção de mandioca pelas feculárias. Risco de especulação com o preço da mandioca.	Municípios da Sub-região Cone Sul mato-grossense, e Dourados até a fronteira com o Paraguai e os departamentos paraguaios de Anambay e Canindeyú.
Turismo	Turismo rural e ecológico já existe na Sub-região do Pantanal e o Governo Estadual promove o turismo ecológico em Bonito e Jardim. Potencial de articulação entre ambos e o Parque Nacional da Serra da Bodoquena é forte.	Excetuando Bodoquena, Bonito e Bela Vista, existe pouco investimento na atividade turística da região. É preciso melhorar a conexão entre o corredor turístico Bonito-Bodoquena e o corredor turístico Ponta Porã e Cerro Corá no Paraguai.	Bodoquena, Bonito, Jardim, Bela Vista, Ponta Porã.

QUADRO 24: PROBLEMAS E POTENCIALIDADES DA ÁREA-PILOTO DE MS - FRONTEIRA COM O PARAGUAI (CONT.)